

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Advogado. Parecerista.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume I

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL
E PROCESSO DE CONHECIMENTO

55ª edição

Edição revista e atualizada,
especialmente de acordo com a Lei nº 12.810, de 2013, que acrescentou o art. 285-B
ao Código de Processo Civil, e com a Lei nº 12.873, de 2013, que alterou o referido artigo.



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

55ª edição – 2014

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T289c

Theodoro Júnior, Humberto.

Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento – vol. I – Humberto Theodoro Júnior – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-309-5291-4

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

CDU: 347.9

347.9(81)
/341.46/

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação	XXIX
--------------------	------

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º Direito Processual Civil	
1 – Noções gerais	1
2 – Definição.....	2
3 – Natureza	2
4 – Relações com outros ramos do Direito	3
5 – Objetivo	4
5-a – Novos rumos do direito processual civil	5
5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno	6
§ 2º História do Direito Processual Civil	
6 – Origens.....	8
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	8
8 – O processo civil romano	9
9 – Processo comum.....	10
10 – O processo civil moderno (fase científica).....	11
11 – Direito processual civil brasileiro.....	11
12 – Regulamento nº 737	12
13 – Códigos estaduais	13
14 – Códigos unitários	13
15 – O novo Código.....	13
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	14
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	15
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil	
16 – Noções gerais	18
17 – Lei processual.....	19
17-a – A Constituição e os tratados	20
18 – A lei processual no tempo.....	20
19 – A lei processual no espaço	21
20 – Interpretação das leis processuais	22
§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual	
21 – Noções gerais: princípios universais.....	24
21-a – Princípios gerais específicos do direito processual civil	27
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	27
22-a – Processo legal e processo justo.....	29

22-b – Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	32
22-c – Processo justo e princípio constitucional da legalidade.....	34
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo.....	36
24 – Princípio do contraditório.....	37
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	40
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	41
27 – Princípio da verdade real	42
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade.....	43
29 – Princípio da publicidade.....	44
30 – Princípio da economia processual.....	45
30-a – Duração razoável do processo.....	45
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	46

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	47
33 – Justiça privada e justiça pública	47
34 – Jurisdição.....	48
35 – Características da jurisdição	50
36 – Imparcialidade e disponibilidade.....	52
37 – Objetivo da jurisdição	53
37-a – Efetividade da tutela jurisdicional	53
38 – Princípios fundamentais.....	54
39 – Jurisdição civil.....	55
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	55
41 – Substitutivos da jurisdição	56
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	57
41-b – Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito....	59

§ 6º Processo

42 – Conceito.....	62
42-a – A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	63
43 – Processo e procedimento.....	64
43-a – Características do procedimento	66
44 – Autonomia do processo	67
45 – Espécies de processo.....	67
46 – Funções do processo.....	68
47 – Independência dos processos	69
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas	69
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência.....	70
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	71

§ 7º Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	72
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	72
50 – Autonomia do direito de ação	73
51 – A evolução do conceito de ação.....	74
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	75
51-b – A constitucionalização do direito de ação, Restauração do conceito de ação de direito material	75
52 – Condições da ação	76
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação.....	78

53-a – Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil	79
53-b – Limites temporais da apreciação das condições de ação	84
54 – Pressupostos processuais	85
54-a – Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa.....	87
54-b – Os pressupostos processuais e a nulidade do processo	88
55 – Classificação das ações.....	90
55-a – Ação e pretensão	90
55-b – Ação e causa	91
55-c – Elementos identificadores da causa	92
56 – A defesa do réu	94
57 – Espécies de resposta	95

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º Elementos do Processo	
58 – Visão dinâmica e estática do processo	97
59 – A relação processual	98
60 – Classificação dos elementos do processo	98
§ 9º Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais	99
62 – Direitos processuais.....	99
63 – Obrigações processuais.....	99
64 – Deveres processuais.....	99
65 – Ônus processuais.....	100

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes.....	101
67 – Nomenclatura	102
68 – Substituição processual	102
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	104
70 – Capacidade processual	105
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	106
72 – Curatela especial.....	108
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	108
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	110
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres	112
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	113
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.....	114
76-a – Direitos.....	116
76-b – Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	117
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo.....	118
78 – Antecipação das despesas	118

79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	119
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	120
80-a – Extinção do processo por perda do objeto.....	121
81 – Sucumbência recíproca	122
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais.....	122
83 – Multas	123
84 – Honorários de advogado.....	123
85 – Cabimento dos honorários.....	123
86 – Inoperância da sucumbência.....	126
87 – Fixação dos honorários	126
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	128
89 – Execução dos honorários de sucumbência.....	129
89-a – Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos	129
90 – Assistência judiciária	130
§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação.....	133
92 – O mandato judicial	133
93 – Direitos e deveres.....	134
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte.....	136
95 – Substituição do advogado	137
Capítulo V – Pluralidade de Partes	
§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes.....	139
97 – Classificações.....	139
98 – Espécies de litisconsórcio	140
99 – Sistema do Código	141
100 – Casos legais de litisconsórcio	141
101 – Litisconsórcio necessário.....	143
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	144
103 – Litisconsórcio facultativo recusável.....	145
104 – Posição de cada litisconsorte no processo.....	146
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	147
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito.....	149
107 – Classificações.....	149
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito.....	151
109 – Competência	152
110 – Procedimento.....	152
111 – Julgamento da oposição	153
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito.....	155
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	155
114 – Procedimento.....	155
114-a – Recurso	156

§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito.....	158
115-a. Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	160
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	162
116-a – Casos de não cabimento da denúnciação da lide	163
117 – Objetivo do incidente	163
118 – Legitimação.....	164
119 – Procedimento	164
120 – Efeitos da denúnciação da lide.....	166
120-a – Recursos	168
120-b – Execução da sentença.....	168
120-c – Execução da sentença pelo denunciante.....	169
121 – Denúnciações sucessivas.....	170
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito.....	173
123 – Casos de admissibilidade do incidente.....	173
124 – Procedimento	174
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	175
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	175
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito.....	178
126 – Pressupostos da intervenção	178
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	179
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	180
129 – Procedimento	180
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	181
130-a – Assistência provocada.....	184
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	184
Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo	
§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito.....	187
132 – Funções	187
133 – Natureza.....	188
134 – Ministério Público como parte.....	189
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	189
136 – Ausência do Ministério Público no processo	190
137 – Órgãos do Ministério Público	190
138 – Princípios e garantias	191
Capítulo VII – Juízes	
§ 23 – Competência	
139 – Conceito.....	193
140 – Distribuição da competência	193
141 – Classificação da competência	194
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais	195

143 – Espécies de competência internacional	195
144 – Competência concorrente e litispendência	196
§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais	198
146 – Competência em matéria civil	199
147 – Competência da Justiça Federal.....	199
148 – Competência das Justiças Estaduais.....	200
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades.....	202
150 – Competência do foro e competência do juiz.....	203
151 – Divisão da competência do foro.....	203
152 – Cumulatividade de juízos competentes.....	203
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	203
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa.....	206
155 – Competência em razão da matéria.....	206
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito.....	207
157 – Classificação.....	207
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito.....	209
159 – Foro comum	209
160 – Foros subsidiários ou supletivos	210
161 – Foros especiais.....	210
162 – Ações reais imobiliárias.....	210
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	211
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	212
165 – Foros <i>ratione personae</i>	213
166 – Foro das pessoas jurídicas.....	214
166-a – Foro dos Estados e Municípios.....	214
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	215
168 – Foro relativo à arbitragem.....	215
168-a – Foro do idoso.....	216
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	217
170 – Prorrogação de competência.....	218
171 – Prorrogação legal.....	218
171-a – Intensidade da conexão	220
172 – Efeito prático.....	222
173 – Prevenção.....	223
174 – Outros casos de prorrogação legal	224
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	225
176 – Prorrogação voluntária.....	226
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	227
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	228

§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência	230
178 – Exceção de incompetência.....	230
179 – Incompetência absoluta	231
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão)	231
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais	234
181 – Procedimento do conflito.....	235
182 – Efeitos do conflito	236
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário brasileiro	239
184 – Duplo grau de jurisdição	241
185 – Jurisdição extraordinária	241
186 – Competência	242
187 – Disciplina da magistratura	242
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes.....	244
189 – Requisitos de atuação do juiz	244
190 – Garantias da magistratura	245
191 – Poderes e deveres do juiz.....	245
191-a – Atividade criativa do juiz.....	248
192 – Responsabilidade do juiz	248
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	248
194 – Casuísmo legal.....	249
194-a – Juiz-testemunha	250
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	250
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo.....	251
197 – Escrivão	251
198 – Oficial de justiça	252
199 – Perito	253
200 – Depositário e administrador.....	254
201 – Intérprete	254
202 – Outros auxiliares eventuais.....	255

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito.....	257
204 – Agentes	258
205 – Atos do processo e atos do procedimento.....	259
206 – Classificação dos atos processuais	259
207 – Forma dos atos processuais	260
208 – Publicidade.....	261
209 – Meios de expressão.....	262

209-a – O uso de sistema de transmissão de dados	262
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	264
209-c – O processo eletrônico no STF	266
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	268
211 – Eficácia dos atos das partes	269
212 – Petições e autos suplementares	269
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.....	269
§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz	270
215 – Atos decisórios	270
216 – Definições legais.....	271
217 – Decisão interlocutória.....	271
218 – Despachos	272
219 – Sentença.....	273
220 – Atos não decisórios	275
221 – Forma dos atos decisórios.....	275
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	277
223 – Autuação.....	278
224 – Termos processuais	278
225 – Forma dos termos	278

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	281
227 – Feriados e férias forenses	282
228 – O lugar	284
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais.....	285
230 – Classificação.....	286
231 – Natureza dos prazos	286
232 – O curso dos prazos	287
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	288
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico	291
234 – Prazos para recurso.....	292
234-a – Ciência inequívoca	293
235 – Termo final	294
236 – Preclusão	294
237 – Prazos para as partes.....	295
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	296
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	296
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	297
241 – Inobservância de prazo da parte	297
242 – Inobservância dos prazos do juiz	297

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual	299

244 – Forma dos atos de comunicação	299
244-a – A comunicação eletrônica	300
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	300
246 – Requisitos das cartas	300
247 – Cumprimento das cartas	301
248 – Cartas urgentes	301
249 – Custas nas cartas	302
250 – Cartas rogatórias	302
§ 43 – Citação	
251 – Conceito	303
252 – Suprimento da citação	303
253 – Destinatário da citação inicial	304
254 – Local da citação	305
255 – Impedimento legal de realização da citação	305
256 – Modos de realizar a citação	306
257 – Citação por oficial de justiça	306
258 – Citação com hora certa	307
259 – Citação pelo Correio	309
260 – Citação por edital	310
260-a – Citação por meio eletrônico	311
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	311
262 – Efeitos da citação	311
263 – Prevenção	312
264 – Litispendência	312
265 – Litigiosidade	312
266 – Mora	313
267 – Prescrição	313
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	314
268-a – A força de interpelação reconhecida à citação	314
§ 44 – Intimações	
269 – Conceito	316
270 – Forma	316
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	318
272 – Aperfeiçoamento da intimação	319
273 – Intimação em audiência	320
274 – Intimação por edital ou com hora certa	320
275 – Efeitos da intimação	320
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública	321
Capítulo XII – Outros Atos Processuais	
§ 45 – Registro, Distribuição e Valor Da Causa	
276 – Noções introdutórias	323
277 – Registro	323
278 – Distribuição	323
279 – Distribuição por dependência	324
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual	325
280 – Valor da causa	328
281 – Impugnação ao valor da causa	330

Capítulo XIII – Vícios Do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito.....	331
283 – Espécies de vícios do ato processual	331
284 – Atos inexistentes.....	332
284-a – Noção de nulidade.....	332
285 – Atos absolutamente nulos.....	332
286 – Atos relativamente nulos	333
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	334
288 – Sistema de nulidades do Código	334
289 – Nulidades cominadas pelo Código.....	335
290 – Nulidades da citação e intimação	336
291 – Arguição das nulidades	336
292 – Momento da arguição	336
293 – Decretação de nulidade	337
294 – Efeitos da decretação	337

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo**Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo**

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais	339
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo.....	340
297 – Sujeitos da relação jurídico-processual.....	340
298 – Início do processo.....	342
299 – Formação gradual da relação processual.....	342
300 – Estabilização do processo	343
301 – Alteração do pedido.....	343
302 – Alterações subjetivas.....	343
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito.....	345
304 – Os casos de suspensão do processo	346
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	346
306 – Suspensão por convenção das partes.....	347
307 – Suspensão em razão de exceção.....	348
308 – Suspensão por prejudicialidade.....	348
309 – Prejudicialidade e conexão	349
310 – Suspensão por motivo de força maior.....	350
311 – Outros casos legais de suspensão	350
312 – Férias e suspensão do processo.....	350
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual.....	352
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	352
315 – Indeferimento da inicial.....	353
316 – Abandono da causa.....	353
317 – Ausência de pressupostos processuais.....	354
318 – Perempção	355

319 – Litispendência e coisa julgada.....	355
320 – Condições da ação	356
320-a – Perda de objeto	357
321 – Convenção de arbitragem	358
322 – Desistência da ação.....	359
323 – Intransmissibilidade da ação	360
324 – Confusão entre autor e réu	361
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	361
326 – Iniciativa da extinção do processo	361
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	361
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito.....	363
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido.....	364
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	365
330 – Transação	365
330-a – Retratação e rescisão de transação	366
331 – Prescrição e decadência	367
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	368
332 – Renúncia ao direito.....	369

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo.....	371
334 – Procedimento	372
335 – Procedimentos no processo de cognição.....	372
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	373
337 – Esquema do procedimento ordinário	373
338 – Fases do procedimento ordinário	374
339 – Fase postulatória	374
340 – Fase saneadora	374
341 – Fase instrutória.....	375
342 – Fase decisória	375
342-a – Adequação do procedimento.....	375
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	378
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	379
344 – Outras causas de procedimento sumário	381
345 – Indisponibilidade do rito sumário	381
346 – O procedimento	382
347 – A petição inicial e seu despacho.....	383
348 – A citação e a resposta do réu	384
349 – Audiência de conciliação.....	386
349-a – Audiência de instrução e julgamento	387
350 – Revelia.....	387
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.....	388
352 – Direito intertemporal	388

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial	391
354 – Requisitos da petição inicial.....	392
355 – Despacho da petição inicial	393
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	395
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição	396
357 – Extensão do indeferimento	399
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial	399
357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i>	401
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	401
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa	402
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	402
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial	403
360 – Pedido.....	403
361 – Requisitos do pedido	404
361-a – Pedido em ação relacionada com contratos financeiros	404
362 – Pedido concludente.....	405
363 – Pedido genérico	405
364 – Pedido cominatório	406
365 – Pedido alternativo	407
366 – Pedidos sucessivos	408
367 – Pedido de prestações periódicas	408
368 – Pedido de prestação indivisível	408
369 – Pedidos cumulados	409
370 – Espécies de cumulação de pedidos	410
371 – Interpretação do pedido.....	410
372 – Aditamento do pedido	411
372-a – Modificação do pedido.....	411
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento.....	412
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias.....	414
372-d – A efetivação da tutela antecipada.....	417
372-e – Tutela antecipada parcial.....	418
372-f – Recurso manejável diante do deferimento da tutela antecipada	419
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu	421
374 – A resposta do réu	421
375 – Espécies de defesa	422
376 – Defesa processual.....	422
377 – Defesa de mérito	423
378 – Reconvenção.....	423
379 – Síntese.....	424
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito.....	425
381 – Conteúdo e forma da contestação	425
382 – Ônus da defesa especificada.....	426

383 – Preliminares da contestação	427
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	429
385 – Réplica ou impugnação do autor	429
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito.....	430
387 – Prazo.....	430
388 – Efeito da exceção	431
389 – Exceção de incompetência. Cabimento.....	432
390 – Procedimento	432
391 – Exceções de impedimento e de suspeição.....	433
§ 59 – Reconvencão	
392 – Conceito.....	437
393 – Pressupostos da reconvencão.....	437
393-a – Reconvencão e compensação	440
394 – Procedimento	441
394-a – Reconvencão sem contestação	442
395 – Extinção do processo principal	442
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia.....	443
397 – Os efeitos da revelia	444
398 – Alteração do pedido.....	446
399 – Reconhecimento da procedência do pedido.....	446
Capítulo XVII – Fase de Saneamento	
§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito.....	447
401 – Réplica do autor	448
402 – Revelia e provas	448
403 – Intervenção do Ministério Público	448
404 – Ação declaratória incidental.....	449
405 – Outras providências preliminares	450
§ 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	451
407 – Extinção do processo	452
408 – Julgamento antecipado da lide.....	452
408-a – Audiência preliminar	453
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	457
410 – Cabimento.....	457
411 – Conteúdo	458
412 – Efeito preclusivo.....	459
413 – Formas do despacho saneador.....	459
Capítulo XVIII – Fase Probatória	
§ 64 – A Prova	
414 – Conceito.....	461

415 – Características da prova.....	462
416 – Objeto da prova	463
417 – Finalidade e destinatário da prova	465
418 – Valoração da prova.....	465
419 – O sistema do Código	466
420 – Poder de instrução do juiz	467
421 – Ônus da prova.....	470
422 – Sistema legal do ônus da prova	471
422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	472
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova	472
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor	475
423 – Convenção sobre ônus da prova	476
424 – Meios de prova	476
424-a – Prova por presunção	477
424-b – Presunção legal e ficção legal.....	478
425 – Procedimento probatório	479
426 – Instrução por meio de carta	480
427 – Dever de colaboração com a Justiça	481
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito.....	482
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	482
430 – Legitimação para o depoimento.....	483
431 – Objeto do depoimento pessoal.....	483
432 – Procedimento	483
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito.....	485
434 – Requisitos da confissão	486
435 – Classificações.....	486
436 – Efeitos da confissão	487
437 – Indivisibilidade da confissão	487
438 – Valor da confissão extrajudicial	488
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito.....	489
440 – Oportunidade da medida	489
441 – Legitimação	490
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.....	490
443 – Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	492
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito.....	496
445 – Força probante dos documentos	497
446 – Documentos públicos.....	497
447 – Documentos particulares	499
448 – Valor probante do documento particular.....	500
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	501
450 – Livros comerciais.....	502
450-a – Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	503
451 – Reprodução de documentos particulares.....	503
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	504
453 – Documentos viciados em sua forma	505

454 – Falsidade documental	506
455 – Espécies de falsidade	506
456 – Ônus da prova.....	507
457 – O incidente de falsidade	508
458 – Procedimento do incidente de falsidade.....	508
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade.....	510
459 – Produção da prova documental	511
460 – Desentranhamento de documentos.....	512
§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito.....	514
462 – Valor probante das testemunhas.....	514
463 – Direitos e deveres da testemunha.....	516
464 – A produção da prova testemunhal	519
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001).....	523
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito.....	524
466 – Admissibilidade da perícia	525
467 – O perito	527
468 – O procedimento da prova pericial	528
469 – Valor probante da perícia	530
470 – Nova perícia	532
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito.....	533
472 – Procedimento	533
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência.....	535
474 – Características da audiência	535
475 – Atos preparatórios.....	537
476 – Adiamento da audiência.....	537
477 – Antecipação de audiência.....	539
478 – Conciliação	539
479 – Procedimento da conciliação.....	541
480 – Instrução e julgamento	541
481 – Documentação da audiência.....	543
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	545
483 – Conteúdo e finalidade do processo	545
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	547
485 – Natureza da sentença definitiva	548
486 – Função da sentença definitiva	549
486-a – Função da sentença terminativa.....	550
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	551

488 – Relatório.....	551
489 – Motivação	552
490 – Dispositivo da sentença	553
491 – Condições formais da sentença.....	553
492 – Clareza.....	554
493 – Precisão	554
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	555
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa	557
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa.....	558
493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida.....	559
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência	559
494 – Publicação e intimação da sentença	560
495 – Efeitos da publicação.....	561
496 – Correção e integração da sentença.....	562
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	563
496-b – Interpretação da sentença	564
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações.....	567
498 – Sentenças declaratórias.....	568
499 – Sentenças condenatórias	568
500 – Sentença constitutiva	570
501 – Momento de eficácia da sentença.....	571
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença.....	571
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito.....	572
504 – Entrega da prestação jurisdicional	572
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	573
505 – Hipoteca judiciária.....	574
506 – Outros efeitos secundários da sentença.....	575
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código.....	576
507-a – Sentença, efeitos e coisa julgada.....	577
507-b – Coisa julgada administrativa.....	579
507-c – Coisa julgada total e parcial.....	580
508 – Coisa julgada formal e material.....	582
508-a – Terminologia do julgamento de mérito.....	585
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	585
510 – Arguição da coisa julgada	586
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada.....	587
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada.....	587
511 – Preclusão	588
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	592
513 – Motivos da sentença	594
514 – Verdade dos fatos	597
515 – Questões prejudiciais	597
516 – Questões implicitamente resolvidas.....	598
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	599
517 – Duplo grau de jurisdição (<i>remessa ex officio</i> ou reexame necessário)	601

517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário	603
518 – Limites subjetivos	605
518-a – Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	606
518-b – Coisa julgada nas ações coletivas	607
519 – Causas de estado	609
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos	609
520-a – Limites temporais da coisa julgada	610
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	610
521 – Execução forçada e coisa julgada	612

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito	615
523 – Fundamento do direito de recurso	616
524 – Atos sujeitos a recurso	617
525 – Recursos admissíveis	617
525-a – Reclamação	618
526 – Correição parcial	619
526-a – A técnica de julgamento dos recursos	620
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	621
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição	622
528 – Legitimação para recorrer	623
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	625
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	625
530 – Pressupostos objetivos do recurso	626
531 – Recorribilidade da decisão	626
532 – Tempestividade	626
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado	628
532-b – Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes	630
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	631
534 – Singularidade do recurso	631
535 – Adequação e fungibilidade dos recursos	632
536 – Preparo	633
537 – Motivação e forma	634
537-a – Efeitos do recurso	635
537-b – Efeito substitutivo	635
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	636
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	637
540 – Recurso adesivo	637
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	638
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	641
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito	643
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal	644
542 – Interposição da apelação	646
543 – Efeitos da apelação	647

543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação	651
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito.....	652
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515.....	653
543-a-3 – Prescrição e decadência.....	655
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	656
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação	657
544 – Recebimento da apelação	657
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	658
544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida	660
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	660
545 – Deserção.....	661
546 – Prazo para interposição da apelação	662
547 – Julgamento em segunda instância.....	662
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito.....	664
549 – Espécies de agravo.....	665
550 – Agravo retido	666
550-a – Agravo retido interposto oralmente	667
550-b – Juízo de retratação no agravo retido.....	668
550-c – Agravo retido após a sentença.....	668
551 – Agravo de instrumento	669
551-a – Formação do instrumento do agravo	671
552 – Efeitos do agravo de instrumento	672
553 – Processamento do agravo de instrumento	673
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005.....	675
554 – O contraditório	676
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento	677
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo.....	678
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito.....	682
555-a – Embargos infringentes em julgamento de apelação.....	684
556 – Processamento	684
557 – Embargos adesivos.....	685
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes.....	685
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes.....	685
557-c – Legitimação para embargar.....	687
557-d – Particularidades dos embargos infringentes em face da exceção de prescrição	688
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito.....	690
559 – Pressupostos dos embargos de declaração.....	690
559-a. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	692
560 – Procedimento.....	694
561 – Efeito interruptivo.....	694
561-a – Efeito suspensivo.....	695
561-b – Efeito integrativo	696

562 – Embargos manifestamente protelatórios.....	697
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	700
564 – Uniformização da jurisprudência	700
565 – Pressupostos do incidente	700
566 – Legitimação para a provocação do incidente.....	701
567 – Apreciação do incidente	702
567-a – A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	702
568 – Súmula jurisprudencial	703
568-a – Súmula vinculante.....	704
568-b – Regulamentação da súmula vinculante.....	705
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Introito	709
570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.....	710
571 – Recurso extraordinário.....	710
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.....	711
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário ...	714
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	715
572-c – Procedimento no STF.....	716
572-d – Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	717
572-e – O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	718
572-f – Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	720
572-g – Recursos manejáveis contra as decisões locais, após o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a arguição de repercussão geral.....	720
572-h – Retenção dos recursos extraordinários repetitivos.....	721
573 – Função do recurso extraordinário	723
574 – Efeitos do recurso extraordinário	723
574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário.....	724
575 – Processamento do recurso extraordinário.....	725
575-a – Agravo nos próprios autos contra a inadmissão do recurso extraordinário	726
575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ	728
575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica	729
575-d – Julgamento do recurso e julgamento da causa	729
576 – Poderes do relator	731
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	732
576-b – Recurso especial.....	733
576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	734
576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	735
576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	739
576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	740
576-g – O recurso especial e as causas repetitivas	741
576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem ...	742
576-h-1 – Desistência do recurso padrão	742
576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ	743
576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas	744
576-l – Regulamentação regimental e direito intertemporal nas causas repetitivas	745
576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	746
576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	746
576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça.....	748

576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal.....	750
576-q – Reclamação perante o STF e o STJ.....	751
576-r – Recurso especial ou extraordinário retido.....	754
576-s – Destrancamento dos recursos retidos	756
576-t – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	757

§ 88 – Direito intertemporal em matéria de recursos

577 – Posição do novo Código.....	761
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	761

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição	763
580 – Competência dos tribunais	763
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	764
582 – Casos de competência originária dos tribunais	764
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	766
584 – O funcionamento dos tribunais	766
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	767
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais	769
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	770

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira.....	773
587 – O sistema nacional.....	773
588 – A homologação da sentença estrangeira	774
589 – Natureza da decisão homologatória.....	775
590 – O procedimento	776
591 – A execução	776

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	777
593 – Regulamentação legal	777
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	778
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	779
596 – Iniciativa de arguição.....	779
597 – Momento da arguição	779
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	779
599 – O julgamento da arguição.....	780

§ 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito.....	783
601 – Pressupostos	785
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	787
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	788
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	789
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	789
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	790
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	790
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	791

608-a – Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 485, V).....	792
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	794
610 – Documento novo (art. 485, VII)	794
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	795
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	796
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	797
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso.....	798
614 – Legitimação	800
614-a – Competência.....	801
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	802
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	803
617 – A execução da sentença rescindenda	804
618 – Indeferimento da inicial.....	804
619 – Procedimento.....	805
620 – Natureza e conteúdo da decisão	806
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	807
620-b – Preservação de efeitos da sentença rescindida	809
621 – Rescisória de rescisória.....	810
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	811
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	813
622-b – A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	817
622-c – Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	818
623 – Sentença nula de pleno direito.....	819

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume II*

55^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

Procedimentos Especiais

- Codificados – Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária
- Legislação Extravagante



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 05.02.2020

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985

55ª edição – 2021

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de Direito Processual Civil, volume 2 / Humberto Theodoro Júnior. – 55ª. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9391-7

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

20-68047

CDU: 347.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução.....	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	5
4.	Técnicas de especialização procedimental.....	6
5.	Complementação das regras procedimentais.....	7
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais.....	8
7.	Erro na adoção do procedimento	8
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	10
8.1.	A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa.....	15
8.2.	Requerimento e documentação	15
8.3.	Notificações	16
8.4.	Notificação por meio eletrônico.....	16
8.5.	Notificação por edital.....	16
8.6.	Conclusão do procedimento	16

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	18
9.	O direito de pagar	18
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor.....	19
11.	A ação de consignação em pagamento.....	19
12.	Histórico da consignação em pagamento.....	20
§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	21
13.	Natureza do instituto da consignação	21
14.	Natureza processual da ação de consignação.....	21
15.	Prestações passíveis de consignação.....	22
16.	Cabimento da consignação.....	22
17.	Liquidez da prestação devida	24
	I – A <i>mora accipiendi</i>	24

X CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL Vol. II *Humberto Theodoro Júnior*

	II A liquidez como requisito da consignatória	24
	III A obrigação ilíquida	25
	IV – O <i>an debeat</i> na consignatória	26
18.	Consignação principal e incidental	27
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	28
	I Legitimidade ativa	28
	II Legitimidade passiva	29
	III – Representação processual na consignatória	30
20.	Competência.....	30
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida.....	31
22.	Oportunidade da consignatória	32
	I <i>Mora creditoris</i>	32
	II – <i>Mora debitoris</i>	32
	III – O “tempo devido”, para efeitos da consignação	33
23.	Objeto da consignação	34
24.	Obrigação de prestações periódicas	35
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	35
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos	36
27.	O procedimento especial da consignatória.....	37
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas	38
29.	Valor da causa	39
30.	Resposta do demandado	40
31.	Comparecimento do credor para receber	40
32.	Não comparecimento e revelia do demandado.....	42
33.	Levantamento do depósito pelo devedor	43
34.	Contestação.....	43
35.	Matéria de defesa.....	44
36.	Complementação do depósito insuficiente	45
	I – Depósito complementar pelo autor	45
	II Não complementação do depósito.....	46
37.	Sentença.....	47
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	48
39.	Particularidades da consignação por dúvida.....	49
40.	A posição dos possíveis credores	50
	I – Ausência de pretendentes.....	50
	II – Comparecimento de um só pretendente.....	50
	III – Comparecimento de mais de um pretendente.....	51
41.	Resgate da enfiteuse	52
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	52
43.	A consignação de obrigação em dinheiro.....	55
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	56

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	59
45.	Introito.....	59

46.	Objetivo da ação de exigir contas	59
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	60
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	61
49.	Cabimento.....	62
50.	Prestação de contas e prescrição	64
51.	Legitimação e interesse.....	66
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais.....	67
	52.1. Prestação de contas do inventariante	68
53.	Sociedade e prestação de contas.....	68
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas.....	70
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal	70
55.	Prestação de contas entre condôminos.....	71
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista.....	72
56.	Organização das contas.....	73
57.	Prova das contas.....	73
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas.....	75
58.	Ação de exigir contas.....	75
59.	Procedimento da primeira fase.....	75
	I Petição inicial	75
	II – Apresentação das contas	75
	III Apresentação das contas e contestação.....	76
	IV – Revelia.....	76
	V Contestação sem negar a obrigação de prestar contas.....	76
	VI – Contestação com negativa da obrigação de prestar contas	76
60.	Reconvenção.....	77
61.	Decisão da primeira fase.....	77
62.	Procedimento da segunda fase.....	78
63.	Contas elaboradas pelo autor	79
64.	Sucumbência.....	81
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas.....	82
65.	Sentença e execução.....	82

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades.....	84
66.	A posse e seus efeitos.....	84
67.	A razão da tutela possessória.....	85
68.	O instituto da posse e a paz social	86
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	88
70.	Natureza jurídica da posse.....	89
71.	Requisitos da tutela possessória.....	93
	71.1. Posse de particular sobre bem público.....	95
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção.....	96
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	97
72.	Origem dos interditos possessórios.....	97

XII CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. II – *Humberto Theodoro Júnior*

73.	As ações possessórias.....	98
74.	Competência.....	99
75.	Legitimação ativa.....	99
76.	Legitimação passiva.....	100
77.	Petição inicial.....	101
78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha.....	102
79.	Invasões coletivas de imóvel.....	103
	I – Novidade do CPC/2015.....	103
	II – Citação dos réus.....	103
	III – Procedimento para as ações de força velha em litígio coletivo.....	104
80.	Medida liminar possessória.....	104
81.	A decisão sobre a liminar.....	106
82.	A sentença possessória.....	107
83.	Posse de coisas e posse de direitos.....	108
83-A.	Posse de bens públicos.....	109
84.	O petitório e o possessório.....	111
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	114
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	115
87.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	117
88.	Liminar em favor do réu.....	118
89.	Natureza real das ações possessórias.....	120
90.	Natureza executiva do procedimento interdital.....	121
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos.....	124
91.	Cumulação de pedidos.....	124
92.	Interdito proibitório.....	125
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos.....	127
93.	Embargos de terceiro.....	127
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	128
95.	Embargos de retenção.....	129
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	129

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO
E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades.....	135
97.	Introdução.....	135
98.	Conceito das ações especiais em análise.....	135
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória.....	136
100.	Temas novos.....	136
101.	Divisão e demarcação consensuais.....	137
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	138
103.	Sucumbência e honorários advocatícios.....	139
§ 11.	Ação de demarcação.....	141
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial.....	141
105.	Objeto da ação.....	141

106.	Competência para as ações do juízo divisório	147
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	148
108.	Legitimação ativa de condômino	150
109.	Legitimação passiva	150
110.	Citação do confinante demandado	151
111.	Contestação	152
112.	Prazo de contestação	154
113.	Prova pericial	154
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de accertamento ou cognição)	155
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação)	156
116.	A conclusão do procedimento demarcatório	157
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	158
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes	159
§ 12.	Ação de divisão	161
119.	Ação de divisão. Petição inicial	161
120.	Objeto da ação	161
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC	162
122.	Competência	163
123.	Legitimação ativa	163
124.	Legitimação passiva	165
125.	Procedimento. Citação	166
126.	Contestação	167
127.	Revelia	168
128.	Prova pericial	169
	I – Peritos	169
	II – Exame dos títulos dos condôminos e pedidos de constituição de quinhões	170
	III – Benfeitorias de terceiros e benfeitorias de condôminos	170
	IV – Plano de divisão	170
	V – Deliberação da partilha	171
	VI – Critérios a observar na formação dos quinhões	171
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	172
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão	173
131.	A coisa julgada na ação de divisão	174
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)	175
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda	175
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda	177

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	182
135.	Introito	182
	135.1. Sociedades simples	183
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade	184
137.	Objetivo	185
138.	Legitimidade	186

XIV CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. II - Humberto Theodoro Júnior

	I – Legitimados ativos.....	186
	II – Legitimados passivos.....	188
139.	Cabimento.....	188
	I – Falecimento do sócio	188
	II – Exclusão de sócio	188
	III – Exercício do direito do sócio de retirar-se da sociedade.....	189
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	190
141.	Competência	191
142.	Procedimento	192
	I – Petição inicial	192
	II – Citação	192
	III – Conciliação prévia.....	193
	IV – Contestação	193
	V – Decisão.....	195
	VI – Cumprimento da sentença.....	196
143.	A resolução da sociedade	196
144.	Apuração dos haveres.....	197
145.	Crítérios para apuração dos haveres	198
	I – Cláusulas contratuais	198
	II – Aplicação da boa-fé objetiva.....	198
	III – Balanço patrimonial.....	198
	IV – Cotas dadas em penhor em benefício de terceiro.....	200
146.	Execução da sentença	200
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima.....	201
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral).....	203

CAPÍTULO VII - INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14.	Disposições gerais	206
148.	Introito.....	206
149.	Caráter contencioso do inventário.....	207
150.	Inventário e partilha por via administrativa.....	207
151.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extra-judicial	210
152.	Execução da partilha por via administrativa.....	212
153.	Inventário negativo	212
154.	Competência.....	213
	154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	214
155.	Universalidade do foro sucessório.....	215
156.	Questões solucionáveis no juízo sucessório	216
157.	Administração da herança.....	216
158.	O inventariante.....	217
	I – Quem pode ser nomeado.....	217
	II – Novidades do CPC.....	218
159.	Encargos do inventariante	219
	I – Atos de gestão.....	219

	II – Atos de disposição.....	219
	III – Prestação de contas.....	220
160.	Remoção do inventariante.....	220
	I – Hipótese.....	220
	II – Procedimento.....	221
161.	Legitimação para promover o inventário.....	222
§ 15.	Inventário judicial	224
162.	Procedimento	224
	I – Inventário.....	224
	II – Partilha.....	224
163.	Petição inicial.....	224
164.	Primeiras declarações.....	224
165.	Citações e interveniências.....	226
166.	Impugnação dos citados.....	227
167.	Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	228
168.	Avaliação	229
	I – Laudo	229
	II – Manifestação das partes	230
169.	Últimas declarações	231
170.	Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	231
171.	Colações	231
172.	Sonegados.....	233
173.	Pagamento de dívidas do morto	233
§ 16.	Partilha	236
174.	Espécies de partilha	236
175.	Partilha judicial. Deliberação	236
176.	Esboço e lançamento da partilha.....	238
	I – Esboço da partilha.....	238
	II – Partilha.....	239
177.	A sentença da partilha.....	239
178.	O formal de partilha	240
179.	Emenda ou retificação da partilha.....	241
180.	Pacto de não partilhar	242
§ 17.	Invalidação da partilha	244
181.	Ação de anulação e ação rescisória de partilha.....	244
182.	Conceituação de partilha judicial	244
183.	Conceituação de partilha amigável.....	246
184.	Casuísmo da rescisória de partilha.....	247
185.	Ação de nulidade de partilha.....	248
186.	Ação de petição de herança	250
§ 18.	Arrolamento	251
187.	Simplificação do inventário.....	251
188.	Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados)	251
189.	Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	253

XVI CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. II - *Humberto Theodoro Júnior*

190.	Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	255
	190.1. Benefícios previdenciários.....	256
191.	Inventário administrativo	256
§ 19.	Disposições comuns	257
192.	Medidas cautelares	257
193.	Sobrepartilha	258
194.	Curatela especial ao herdeiro.....	258
195.	Inventários cumulados	259
196.	Honorários de advogado.....	259
197.	Extinção do processo por paralisação da causa	260
198.	Assistência judiciária	261
199.	Terceiros prejudicados	261

CAPÍTULO VIII EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20.	Generalidades	269
200.	Conceito	269
201.	Natureza jurídica	270
202.	Requisitos	270
203.	Ato judicial atacável	272
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro	274
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores	275
204-A.	Estaria superada a Súmula nº 195 do STJ?.....	276
205.	Embargos a atos do juízo divisório	277
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica	278
206.	Embargos do credor com garantia real	279
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária	280
206-B.	Embargos do promissário comprador.....	281
206-C.	Embargos do adquirente de imóvel por título ainda não registrado.....	282
207.	Embargos e mandado de segurança	282
§ 21.	Procedimento	284
208.	Legitimação ativa	284
	I – Legitimados pelo CPC/2015.....	284
	II Equiparação a terceiro prevista no art. 1.046, § 2º, do CPC/1973	286
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro	286
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo.....	287
211.	Legitimação passiva	289
212.	Oportunidade	290
213.	Competência.....	292
214.	Procedimento	293
	I – Petição inicial	293
	II Concessão da liminar	294
	III – Citação	294
	IV Contestação	295
	V – Revelia	295

215.	Sentença.....	295
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	297

CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição.....	299
216.	Introdução.....	299
217.	Conceito	300
218.	Cabimento e extensão.....	301
219.	Oportunidade da oposição	301
220.	Conexão das causas.....	302
221.	Competência.....	303
222.	Procedimento	303
223.	Julgamento da oposição	304

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida	306
224.	Conceito	306
225.	Legitimidade para requerer a habilitação	306
226.	Competência.....	307
227.	Procedimento	307
	I – Habilitação sumária.....	308
	II – Habilitação ordinária, em autos apartados.....	308
	III – Natureza da decisão.....	308
	IV – Recurso.....	308
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário.....	309
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	310

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24.	Ações de família	312
230.	Introito.....	312
231.	A entidade familiar	312
232.	Tipificação.....	313
233.	A mediação e a conciliação.....	313
234.	A Resolução nº 125 do CNJ.....	314
235.	Legitimação.....	315
236.	Procedimento	315
	I – Conciliação ou mediação extrajudicial requerida pelas partes.....	315
	II – Procedimento sem o pedido de conciliação ou mediação extrajudicial pelas partes.....	316
	III – Competência	317
	IV – Procedimento no caso de frustração da conciliação	317
	V – Tutela especial às crianças.....	318
237.	Efeitos do termo final da mediação e conciliação	319
237-A.	Ação de alimentos	320
	I – Aplicação da Lei nº 5.478/1968	320

II – Competência.....	320
III – Petição inicial	321
IV – Alimentos provisórios.....	321
V – Revisão dos alimentos provisórios.....	322
VI – Citação.....	322
VII – A audiência de conciliação e julgamento.....	323
VIII – Recurso.....	323
IX – Execução da prestação alimentícia	324
X – Justiça gratuita na ação de alimentos.....	324
XI – Revisão da pensão definitiva.....	324
XII – Compensação da verba alimentícia com prestação <i>in natura</i>	325
237-B. Ação de alimentos gravídicos.....	325
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade.....	325
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	326
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família.....	326
237-F. O rigor probatório nas ações de filiação	327

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	330
238. Introito.....	330
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	330
240. Em que consiste o procedimento monitorio.....	331
241. O procedimento monitorio brasileiro.....	333
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil	335
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro	336
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria.....	336
244. Objeto	337
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior	337
245. Competência.....	338
246. Legitimidade ativa.....	338
247. Legitimidade passiva.....	339
I – A Fazenda Pública como agente passivo: peculiaridades do direito brasileiro.....	340
II – O posicionamento do STJ.....	340
248. Prova	341
I – Prova escrita: elementos doutrinários.....	341
II – Conjunto documental	342
III – Os títulos injuntivos	343
IV – A prova oral documentada, produzida antecipadamente	344
V – Dúvida quanto à idoneidade da prova documental.....	344
VI – Ônus da prova.....	345
VII – Prescrição	345
249. Procedimento	346
I – Petição inicial	346
II – Citação	347
III – Condutas do réu.....	348

	IV – Resgate do débito pelo réu.....	348
	V Revelia.....	348
	VI – A oposição de embargos.....	349
	VII – Conversão do mandado de pagamento em título executivo judicial.....	349
	VIII Direito regressivo: denunciação da lide.....	349
250.	Embargos à ação monitória.....	349
251.	Processamento dos embargos monitórios.....	350
	I Matéria arguível.....	350
	II – Prazo e segurança do juízo.....	350
	III – Petição dos embargos.....	350
	IV – Prazo de defesa do credor embargado.....	350
	V Efeitos.....	351
	VI Rejeição dos embargos.....	351
	VII – Acolhimento dos embargos.....	351
	VIII Recurso contra a sentença que julga os embargos.....	351
252.	Coisa julgada.....	351
253.	Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento.....	352
254.	Uso indevido da ação monitória.....	352

CAPÍTULO XIII HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27.	Da ação.....	354
255.	Introito.....	354
256.	Penhor legal: efetivação e homologação.....	355
257.	Natureza jurídica da medida processual.....	355
258.	Procedimento.....	356
	I – Petição inicial.....	356
	II – Citação do réu.....	357
	III Audiência preliminar.....	357
	IV Defesas do réu.....	357
259.	Sentença.....	358
260.	Execução.....	358
261.	Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	358
	I – Requerimento.....	359
	II – Intimação do devedor.....	359
	III Conduitas do devedor.....	359

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28.	Regulação da avaria grossa.....	361
262.	Introito.....	361
263.	Conceito.....	361
264.	A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro.....	363
265.	Competência.....	364
266.	Legitimidade.....	365
267.	Procedimento.....	365
	I Petição inicial.....	365

XX CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. II - *Humberto Theodoro Júnior*

II – Nomeação do regulador.....	365
III – Fases da regulação	366
IV – Declaração de abertura da avaria grossa.....	366
V – Impugnação à declaração	366
VI – Oferecimento de garantia para liberação de carga.....	367
VII – Levantamento de valores depositados para arcar com as custas da alienação judicial da carga sem caução.....	367
VIII – Regulamento da avaria grossa.....	367
IX – Impugnação ao regulamento	368
X – Homologação da regulação	368
XI – Prescrição.....	368
268. O Tribunal Marítimo	369

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos.....	372
269. Conceito	372
270. Objetivo do procedimento.....	372
271. Legitimidade	373
272. Competência.....	373
273. Procedimento	373
I – Petição inicial	374
II – Citação e manifestação da parte contrária	374
III – Restauração de autos após a produção de provas.....	374
274. Julgamento da restauração.....	375
275. Autos extraviados no tribunal	375
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	375

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. Generalidades.....	379
277. Introito.....	379
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	380
279. Litigiosidade incidental.....	382
280. A função do juiz	383
281. Verbas sucumbenciais	383
282. Procedimentos.....	384
I – Procedimento comum a todos os procedimentos de jurisdição voluntária	384
II – Pedidos processados sob o rito comum	384
III – Disposições complementares.....	386

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31. Procedimento para notificar, interpelar.....	388
283. Conceito	388
284. Protesto de títulos pela via notarial	389

284.1.	Cancelamento do protesto de títulos.....	390
284.2.	A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	391
284.3.	Central Nacional de Serviços Eletrônicos	392
285.	Protesto judicial	392
286.	Notificação	394
287.	Interpelação	394
288.	Procedimento	395
289.	Indeferimento do pedido	396
290.	Defesa e contraprotesto.....	397
291.	Encerramento do feito e destino dos autos.....	398

CAPÍTULO XVIII - ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais.....	400
292.	Alienações judiciais.....	400
293.	Alienações cautelares.....	400
294.	Iniciativa da medida	401
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei.....	401
296.	Leilão	401
297.	Avaliação prévia	402
298.	Publicidade.....	403
299.	Arrematação	403
300.	Destino do produto da alienação	403
301.	Outros bens alienáveis judicialmente	404
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha	404
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos.....	405
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio.....	405
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular	407
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução	407
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular	408

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33.	Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais	410
308.	Noções introdutórias	410
309.	A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010	411
310.	Natureza jurídica	412
311.	Requisitos.....	413
312.	Legitimação	413
313.	Competência	414
314.	Petição inicial.....	414
	I – Requisitos	414
	II Bens do casal.....	415
	III – Filhos incapazes	416
	IV Pensão alimentícia entre os cônjuges ou companheiros.....	416

XXII CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. II *Humberto Theodoro Júnior*

315.	Procedimento	417
316.	Sentença de homologação	418
317.	Reconciliação do casal	418
318.	Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável	419
	318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente	420
319.	Separção, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	420
	I – Escritura pública	421
	II – Requisitos de validade da escritura pública	422
	III – Casais homoafetivos	422
320.	Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	423
321.	Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública	424
322.	Alteração do regime de bens do casamento	425

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34.	Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	428
323.	Introito	428
324.	Objetivo do procedimento	428
325.	Competência	430
326.	Procedimento	430
327.	Sentença	430
328.	Efeitos	430
329.	Testamento cerrado	431
330.	Testamento público	432
331.	Testamento particular	432
332.	Procedimento	433
333.	Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo	435

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35.	Procedimento da arrecadação de herança jacente	438
334.	Conceito moderno de jacência da herança	438
335.	Competência	438
336.	Legitimação	439
337.	Procedimento	439
338.	A administração da herança jacente	440
339.	Habilitação	440
340.	Declaração de vacância	441

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes	443
341.	Ausência	443
342.	Pressupostos	443
343.	Competência	443

344.	Fases do procedimento.....	443
345.	Procedimento da primeira fase	444
346.	Procedimento da sucessão provisória	444
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva	445

CAPÍTULO XXIII COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas	448
348.	Conceito	448
349.	Legitimação.....	448
350.	Competência	448
351.	Cabimento.....	448
352.	Procedimento	449

CAPÍTULO XXIV INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	451
353.	Introito.....	451
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	451
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	452
	I A “nova” curatela	452
	II Artigos do Código Civil revogados pelo CPC/2015 e repriminados pela Lei nº 13.146/2015	453
	III Interdição ou simplesmente curatela.....	455
§ 39.	O procedimento da interdição	457
356.	Natureza jurídica da interdição.....	457
357.	Competência.....	457
358.	Legitimidade.....	457
	I – Legitimidade passiva.....	457
	II Legitimidade ativa.....	459
	III – Legitimidade do Ministério Público.....	459
	IV Legitimidade do tutor.....	460
	V – Legitimidade do cônjuge e de parente.....	460
	VI – Legitimidade do representante da entidade em que se encontra abrigado o interdi- tando.....	460
	VII – A autointerdição.....	460
359.	Petição inicial.....	460
360.	Procedimento	461
	I – Entrevista	461
	II – Impugnação.....	462
	III – Das provas.....	463
361.	Sentença.....	464
	I Conteúdo.....	464
	II – Nomeação do curador.....	464
	III – Efeitos da sentença.....	465

XXIV | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. II – *Humberto Theodoro Júnior*

362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando	465
363.	Rescisória	466
364.	Levantamento da interdição	466
365.	Investidura dos curadores	466
366.	Remoção de curador	467

§ 40.	A Tomada de decisão apoiada	468
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade	468
368.	Procedimento	468
	I – Legitimidade	468
	II – Petição inicial	469
	III – Processamento	469
	IV – Efeitos da decisão que acolhe o pedido	469
	V – Desfazimento da medida de apoio	469
	VI – Obrigações do apoiador	469

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	470
369.	Introito	470
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	470

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	475
371.	Conceito de fundação	475
372.	Procedimento da instituição da fundação	475
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro	476
374.	Alteração do estatuto	476
375.	Extinção da fundação	477

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento	479
376.	Introito	479
377.	Conceito	479
378.	Objetivo	480
379.	Procedimento	481
	I – Introdução	481
	II – Petição inicial	481
	III – Audiência	482
	IV – Decisão	482

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.	Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel	485
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião	485

379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	486
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo	487
	I – Conversão em procedimento judicial	487
	II – Indeferimento do pedido pelo Oficial do Registro de Imóveis.....	487
	III – Deferimento do pedido pelo registrador.....	487
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial.....	488
379-E.	Competência.....	488

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44.	Procedimento da arbitragem	491
380.	O juízo arbitral no direito brasileiro.....	491
	I – Introito.....	491
	II – A Lei de Arbitragem	492
381.	Disposições gerais	493
382.	Convenção de arbitragem	494
383.	Cláusula compromissória.....	495
384.	Requisitos da cláusula compromissória	496
	384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	496
	384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia	496
385.	Execução da cláusula compromissória.....	497
	I – Implantação do juízo disciplinada na cláusula compromissória.....	497
	II – Omissão na cláusula compromissória sobre o juízo arbitral	497
	III – Execução forçada da cláusula arbitral	498
386.	Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	498
387.	Direito intertemporal.....	499
388.	Autonomia da cláusula compromissória.....	501
389.	Compromisso arbitral	501
	I – Celebração do compromisso.....	501
	II – Elementos essenciais.....	502
	III – Elementos complementares	502
390.	Extinção do compromisso arbitral.....	502
391.	Os árbitros.....	503
	I – Designação	503
	II – Deveres.....	503
	III – Substituição.....	504
392.	O procedimento	504
	I – Garantias fundamentais.....	504
	II – Instauração do procedimento	504
	III – Deliberações iniciais.....	505
	IV – Conflito de competência.....	505
	V – Rito a ser observado	505
	VI – Ausências na atividade arbitral: efeitos.....	506

393.	Tutelas cautelares e de urgência	506
	I – A tutela provisória e o juízo arbitral	506
	II – A atuação do juiz de direito	508
	III – A produção antecipada de provas.....	508
394.	Carta arbitral.....	508
	I – Função	508
	II – Instrução	509
	III – Cumprimento.....	509
395.	Sentença arbitral.....	510
396.	Requisitos da sentença arbitral.....	510
396-A.	Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica.....	511
397.	Recursos	511
398.	Nulidade da sentença arbitral.....	512
	I – Hipóteses.....	512
	II – Competência.....	512
	III – Prazo para impugnação.....	512
	IV – Nulidade absoluta e nulidade relativa da sentença arbitral.....	513
	V – Sentença arbitral complementar	513
399.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	513
	I – Homologação	513
	II – Negativa de homologação: hipóteses	514
	III – Informações complementares	514
399-A.	Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira.....	515
	I – Ofensa à ordem pública.....	515
	II – Convenção arbitral escrita.....	515
	III – A forma da convenção e a ordem pública	516
400.	Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro.....	516
401.	Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos... 517	
	401.1. A arbitragem e a Administração Pública.....	519
	401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	520
	I – Aspectos subjetivos.....	520
	II – Aspectos objetivos.....	520
	III – Sede de arbitragem	520
	IV – Lei aplicável	521
	V – Escolha do árbitro e da câmara de arbitragem.....	521
	VI – Publicidade	521
	VII – Idioma.....	521
402.	Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	522
402-A.	Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação.....	522
402-B.	Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral.....	523
403.	Alegação em juízo de convenção de arbitragem.....	524
403-A.	Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	524
403-B.	Cláusula compromissória e contratos coligados.....	526

Parte IV – Juizado Especial Civil**CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA**

§ 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	529
404. Introito.....	529
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	530
406. Criação do Juizado Especial	531
407. Princípios informativos.....	531
408. Princípio da oralidade	531
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial.....	532
410. Conciliação	533
411. A facultatividade do Juizado Especial	534
412. O Juizado Especial Civil.....	535
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	535
414. O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil.....	536
I – Normas gerais.....	536
II – Normas específicas.....	536
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	537
§ 46. O órgão judicante: competência e composição	539
416. Competência.....	539
I – Critério do valor da causa	539
II – Critério <i>ratione materiae</i>	539
III – Causas cíveis de menor complexidade.....	540
417. Foro competente.....	540
418. Conflito de competência.....	541
419. Competência para execução forçada	541
420. Limitações à competência.....	541
421. O órgão judicante.....	542
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz.....	543
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores.....	543
424. O juízo arbitral	544
§ 47. Partes	545
425. Legitimação <i>ad causam</i>	545
426. Legitimação <i>ad processum</i>	545
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros.....	546
428. Intervenção do Ministério Público.....	547
§ 48. Os atos processuais e o procedimento	548
429. Os atos processuais e sua forma	548
430. O procedimento	548
431. A propositura da ação.....	549
432. Citações e intimações	549
433. Requisitos da citação	550
434. Intimações.....	550
435. A audiência de conciliação, instrução e julgamento	550

436.	A resposta do réu	551
437.	As provas	552
§ 49.	A sentença e os recursos	553
438.	A sentença	553
439.	Recursos	553
	I – Recurso inominado	553
	II – Recurso extraordinário	554
	III – Recurso contra decisão interlocutória	554
	IV – Embargos declaratórios	555
	V – Processamento	555
440.	Mandado de segurança	556
441.	Uniformização de jurisprudência	557
	441.1. Competência para a reclamação	558
442.	Extinção do processo	558
§ 50.	Execução e disposições especiais	560
443.	Execução forçada	560
	I – Execução de título judicial	560
	II – Execução de título extrajudicial	561
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil	561
445.	Curadorias e assistência judiciária	562
446.	Acordos extrajudiciais	562
447.	Ação rescisória	562
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	562

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal	565
449.	A instituição do Juizado Especial Federal	565
450.	Disciplina legal	565
451.	Princípios informativos	565
452.	Competência absoluta	566
453.	Conflito de competência	566
§ 52.	Órgão judicante	567
454.	Composição do órgão judicante	567
455.	Sessão de conciliação	567
456.	Competência	567
457.	Conflito de competência	568
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	568
§ 53.	Partes	570
459.	Legitimação	570
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio	570
461.	Ministério Público	570
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes	570
§ 54.	Atos processuais e procedimento	572
463.	Princípios	572

464.	Atos de comunicação processual	572
465.	Uso de meios eletrônicos	572
466.	Prazos.....	572
467.	Petição inicial.....	572
468.	Resposta.....	573
469.	Exceções	573
470.	Sessão de conciliação	573
471.	Instrução probatória	573
472.	A sentença e as máximas de experiência	574
473.	Reexame necessário	574
§ 55.	Sistema recursal	575
474.	Recursos no Juizado Especial.....	575
475.	Recurso especial e recurso extraordinário.....	575
476.	Incidente de uniformização de jurisprudência	575
§ 56.	Execução e medidas preventivas.....	577
477.	Execução.....	577
478.	Medidas cautelares	577
479.	Antecipação de tutela.....	577

CAPÍTULO XXXI OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

§ 57.	As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios.....	580
480.	A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	580
481.	Disciplina legal	580
482.	Competência absoluta	581
§ 58.	Órgão julgante	582
483.	Composição do órgão julgante	582
484.	Competência	582
§ 59.	Partes.....	584
485.	Legitimação.....	584
486.	Ministério Público	584
487.	Representação das partes	584
§ 60.	Atos processuais e procedimento	585
488.	Atos de comunicação processual e prazos	585
489.	Petição inicial, citação e resposta	585
490.	Audiência de conciliação	585
491.	Instrução probatória	585
492.	Sentença e recurso de ofício	586
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	586
§ 61.	Sistema recursal	587
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	587
495.	Uniformização de jurisprudência	587
496.	Causas repetitivas.....	587

I – Incidente de uniformização submetido ao STJ.....	587
II – Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	588
497. Medidas de urgência.....	588
§ 62. Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	589
498. Cumprimento da sentença.....	589
499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	589
500. Obrigações de quantia certa.....	589

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63. A Constituição e o processo.....	593
501. O direito processual constitucional.....	593
502. Os fundamentos do direito processual constitucional.....	593
§ 64. Mandado de segurança.....	595
503. Conceito.....	595
504. Natureza da ação.....	595
505. Legitimação ativa.....	596
506. Legitimação passiva.....	596
I – Pessoa jurídica na relação processual.....	596
II – Autoridade coatora: como identificá-la?.....	598
507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	599
508. Ato de autoridade judicial.....	599
509. Ato sujeito a recurso administrativo.....	600
510. Litisconsórcio.....	601
511. Assistência.....	601
512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	602
513. Procedimento.....	603
I – Petição inicial.....	603
II – Notificação.....	603
III – Revelia.....	603
IV – Sentença.....	603
514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	604
515. Liminar.....	604
516. Suspensão da segurança.....	606
517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	607
518. Competência.....	607
519. Desistência do mandado de segurança.....	609
520. Sentença e coisa julgada.....	609
521. Inovações processuais da Lei n° 12.016, de 07.08.2009.....	610
§ 65. Mandado de segurança coletivo.....	614
522. Conceito.....	614
523. Direitos coletivos e direitos difusos.....	614
524. Legitimação ativa.....	615

525.	Legitimação passiva	616
526.	Procedimento e competência	616
527.	Liminar	617
527-A.	Execução.....	617
§ 66.	Mandado de injunção	619
528.	Conceito	619
	I – Ação constitucional de mandado de injunção.....	619
	II – O problema da inconstitucionalidade por omissão.....	619
	III – A ação direta de inconstitucionalidade e o mandado de injunção.....	619
	IV – Omissão normativa praticada pela Administração	620
529.	Objeto	620
530.	Pressupostos.....	622
	I – Omissão normativa inconstitucional	622
	II – Omissão total e omissão parcial	622
	III – Casos de inadmissibilidade do mandado de injunção.....	623
	IV – Comprometimento da eficácia da norma constitucional não regulamentada.....	624
	V – Perda de objeto da ação de injunção.....	625
531.	Legitimação.....	625
	I – Observações gerais.....	625
	II – Legitimação ativa.....	625
	III – Litisconsórcio ativo	626
	IV – Legitimação passiva.....	626
532.	Competência	627
	I – Na esfera federal.....	627
	II – Na esfera estadual.....	628
533.	Procedimento	628
	I – Petição inicial	628
	II – Documentos fora do alcance do impetrante	628
	III – Pedido (objeto do processo)	629
	IV – Prazo para ajuizamento do mandado de injunção.....	629
	V – Julgamento do mandado de injunção.....	629
	VI – Não se trata, entretanto, de ação de cobrança.....	630
	VII – Coisa julgada.....	631
	VIII – Renovação da ação de mandado de injunção.....	631
	533.1. Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	632
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	632
533-B.	Intervenção do Ministério Público.....	633
533-C.	Medida liminar.....	633
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	634
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção	634
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão	635
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção	636
533-H.	Recursos	637
533-I.	Mandado de injunção coletivo.....	637

533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	638
533-K.	Litispêndência.....	639
§ 67.	Habeas data	642
534.	Conceito	642
535.	Natureza jurídica.....	643
536.	Legitimidade e interesse.....	643
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	644
538.	Competência.....	644
539.	Procedimento	645
540.	Cumprimento da sentença.....	646
541.	Coisa julgada.....	646
§ 68.	Ação popular	648
542.	Conceito	648
543.	Requisitos.....	648
544.	Atos atacáveis pela ação popular.....	649
544-A.	Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos...	649
545.	Legitimação.....	650
546.	Procedimento	650
547.	Sentença.....	651
548.	Coisa julgada.....	651
549.	Execução.....	651
550.	Prescrição	652

CAPÍTULO XXXIII AÇÕES COLETIVAS

§ 69.	Ação civil pública e outras ações coletivas	654
551.	Histórico.....	654
552.	Direito material coletivo e direito processual coletivo.....	655
553.	Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	656
554.	Objeto da ação civil pública.....	656
555.	Ações coletivas possíveis após o CDC.....	658
	I - Direitos individuais homogêneos	659
	II - Direitos difusos e coletivos.....	659
	III - Procedimento único.....	660
556.	Legitimação.....	661
556-1.	Substituição da entidade autora no curso do processo	663
556-A.	Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	663
557.	Ação coletiva por meio de associação	664
	I - Defesa dos direitos coletivos e dos individuais homogêneos	664
	II - Defesa coletiva de direitos dos associados	665
	III - A associação e a ação civil pública	666
558.	Ações coletivas promovidas por sindicatos	666
	I - Representação ou substituição processual?.....	666
	II - Execução da sentença em ações ajuizadas pelo sindicato: requisitos	667
559.	O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	667

559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis.....	671
559-B. Custeio da perícia na ação civil pública movida pelo Ministério Público.....	672
560. Inquérito civil.....	672
I – Função.....	672
II – Natureza.....	673
III Instauração e procedimento.....	673
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	674
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública.....	676
561. Competência.....	677
562. Procedimento.....	677
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública....	678
563. Liminar.....	678
563-A. Remessa necessária.....	678
563-B. Verba advocatícia sucumbencial.....	679
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	679
564. Coisa julgada.....	680
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva.....	682
565. Execução.....	683
565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva.....	684
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	685
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação.....	685

CAPÍTULO XXXIV AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades.....	688
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	688
568. Tramitação durante as férias forenses.....	688
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	689
570. Valor da causa.....	689
571. Atos de comunicação processual.....	690
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	691
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação.....	691
§ 71. Ação de despejo.....	693
573. Natureza.....	693
574. A força executiva do procedimento.....	694
575. A liminar na ação de despejo.....	695
576. Legitimação.....	696
577. Documentação da petição inicial.....	696
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	697
579. Denúncia vazia.....	697
580. Denúncia cheia.....	698
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento.....	700
581. Cabimento.....	700
582. Consequência da cumulação de pedidos.....	700
583. Purga da mora.....	701

XXXIV	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. II – Humberto Theodoro Júnior	
584.	Reiteração abusiva da purga da mora.....	702
585.	Purga da mora e contestação.....	702
§ 73.	Execução da sentença de despejo.....	705
586.	Desocupação voluntária.....	705
587.	Execução forçada.....	705
588.	Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel.....	706
589.	Execução provisória e caução.....	706
590.	Abandono do imóvel pelo locatário	706
§ 74.	Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	708
591.	Cabimento.....	708
592.	Legitimação.....	708
593.	Pressupostos.....	708
594.	Procedimento	709
595.	Petição inicial.....	709
596.	Depósito judicial	709
597.	Prestações vincendas	709
598.	Revelia.....	709
599.	Contestação.....	710
600.	Reconvenção.....	710
601.	Complementação do depósito após a contestação	710
602.	Levantamento do depósito.....	711
§ 75.	Ação revisional de aluguel	713
603.	Cabimento.....	713
604.	Natureza.....	713
605.	Legitimação.....	713
606.	Procedimento	713
607.	Petição inicial.....	714
608.	Aluguel provisório	714
609.	Contestação.....	716
610.	Sentença.....	716
611.	Verbas de sucumbência.....	717
612.	Execução de sentença	717
613.	Acordo de desocupação	717
§ 76.	Ação renovatória.....	720
614.	Cabimento.....	720
615.	Natureza jurídica.....	720
616.	Legitimação.....	721
617.	Procedimento	722
618.	Petição inicial.....	722
619.	A defesa do locador	725
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	725
621.	Defesa baseada no valor real da locação	725
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	726
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	726

624.	Retomada para uso próprio	727
625.	Aluguel provisório	727
626.	Sentença.....	727
627.	Sentença de retomada.....	728
628.	Execução de sentença	729
629.	Indenização de perdas e danos.....	730

**CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES
DE LEASING E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

§ 77.	Alienação fiduciária em garantia	732
630.	Introdução.....	732
	630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	733
631.	Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	734
632.	Busca e apreensão.....	735
	632.1. Consequências da improcedência da ação de busca e apreensão.....	739
633.	Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão	739
634.	Ação de depósito.....	739
635.	Ação de execução.....	740
635-A.	Conversão da busca e apreensão em execução: valor exequível	740
636.	Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	741
	636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	742
	636.2. Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente....	744
636-A.	Taxa de ocupação	745
636-B.	Inoponibilidade, ao comprador do imóvel, da hipoteca, ou da alienação fiduciária contratadas pelo construtor junto ao financiador da obra	745
636-C.	Recuperação judicial e falência do devedor alienante.....	746
§ 78.	Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	751
637.	Noção de arrendamento mercantil.....	751
	637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	751
638.	Ações decorrentes do <i>leasing</i>	752
	638.1. Despesas com o depósito do bem arrendado.....	755
638-A.	Arrendamento mercantil e usucapião pelo devedor arrendatário	755
639.	Aspecto tributário.....	756
	Bibliografia	759
	Índice dos Fluxogramas	781

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Doutor em Direito pela UFMG. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Desembargador aposentado do TJMG. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual Civil e da International Association of Procedural Law e da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française. Parecerista. Advogado.

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

55^a
edição
revista,
atualizada
e ampliada

- Execução Forçada
- Cumprimento de sentença
- Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 27.10.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1989

55ª edição – 2022

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil, volume 3 / Humberto Theodoro Júnior. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4235-9

1. Direito processual civil Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

21-74186

CDU: 347.9(81)

Leandra Felix da Cruz Candido Bibliotecária – CRB-7/6135

Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	A abolição da ação de execução de sentença	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno	7
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	8
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro	9
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
8.	Observações conclusivas.....	13

CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	Disposições gerais	16
9.	Introdução.....	16
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados	17
11.	Cumprimento de sentença e contraditório.....	19
12.	Necessidade de requerimento do exequente	19
13.	Intimação do devedor.....	20
	I – Regra geral.....	20
	II – Exceções abertas pela própria lei	22
	III – Intimação presumida	22
	IV – Inatividade processual longa	22
	V – Prazo da intimação.....	23
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	23
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	23
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva	24
17.	Tutela interdital como padrão	27
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor	28

19.	Sucumbência.....	28
	I – Regime do atual Código.....	28
	II – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença.....	29
	III – Base de cálculo da verba advocatícia.....	29
	IV – Despesas e custas do cumprimento de sentença.....	30
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	30
	I – Noção de condição e termo.....	30
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais.....	30
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	31
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	32
§ 3º	Os títulos executivos judiciais.....	33
22.	Enumeração legal.....	33
23.	Medidas preparatórias especiais.....	34
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras.....	35
25.	Encerramento do cumprimento da sentença.....	36
26.	Sentença condenatória civil.....	36
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	38
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória.....	38
29.	Ação declaratória e prescrição.....	39
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	40
	I – Autocomposição judicial.....	40
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	41
	III – Procedimento executivo.....	42
	IV – Autocomposição extrajudicial.....	42
31.	O formal e a certidão de partilha.....	42
32.	Crédito de auxiliar da justiça.....	43
33.	Sentença penal condenatória.....	44
	I – Força civil da sentença penal.....	44
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal.....	44
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	45
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	45
	V – Penhorabilidade do bem de família.....	46
34.	Sentença arbitral.....	46
35.	Decisão estrangeira.....	47
	I – Sentença estrangeira.....	47
	II – Decisão interlocutória estrangeira.....	48
	III – Sentença oriunda de país-membro do Mercosul.....	48
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais.....	50
36.	Condenações a prestações alternativas.....	50
37.	Julgamento fracionado da lide.....	50
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória.....	51
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	51
	I – A sentença como título protestável.....	51
	II – Procedimento do protesto.....	52
	III – Pagamento no cartório de protesto.....	52
	IV – Cancelamento do protesto.....	53

V – Superveniência de ação rescisória	53
VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes	53
§ 5º Competência	54
40. Juízo competente para o cumprimento da sentença	54
41. Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença	54
42. Competência opcional para o cumprimento da sentença	55
43. Competência para cumprimento da sentença arbitral	56
44. Competência para execução do efeito civil da sentença penal	57
45. Competência internacional	57
§ 6º Defesa do devedor	59
46. Impugnação do executado	59
47. Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação	59
48. Ausência de preclusão	60
49. Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação	60
50. Natureza jurídica da impugnação	61
51. Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	61
I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia	62
II – Ilegitimidade de parte	63
III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	63
IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea	71
V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	71
VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	73
VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença	73
52. O cumprimento da sentença e a prescrição	74
52.1. Um caso particular de prescrição	77
53. Impedimento ou suspeição do juiz	78
54. Executados com diferentes procuradores	79
55. Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa	79
56. Efeito da impugnação	79
57. O problema da iliquidez da sentença	80
58. As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado	81
59. Procedimento da impugnação	81
60. Instrução probatória	82
61. Julgamento da impugnação	82
62. Coisa julgada	83

CAPÍTULO III – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

§ 7º Noções introdutórias	84
63. Noção de obrigação por quantia certa	84
64. Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia	84
65. Requerimento do credor	85
I – Iniciativa do credor	85
II – Iniciativa do devedor	85

66.	Intimação do devedor.....	86
	I – Regra geral.....	86
	II – Exceções.....	86
	III – Intimação presumida.....	87
	IV – Inatividade processual longa.....	87
	V – Prazo da intimação.....	87
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados.....	87
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	89
68.	Cabimento.....	89
69.	Multa legal e honorários de advogado.....	89
	I – Multa legal.....	89
	II – Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões.....	90
	III – Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	90
	IV – Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la.....	91
	V – Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda.....	91
	VI – Execução sem multa.....	91
	VII – Requerimento do credor.....	92
	VIII – Intimação do executado.....	92
70.	Contagem do prazo para pagamento.....	92
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo.....	93
71.	Penhora e avaliação.....	94
72.	O procedimento executivo.....	94
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	94
	I – Dados necessários do requerimento.....	94
	II – Nomeação dos bens a penhorar.....	95
	III – Definição do <i>quantum</i> exequendo.....	95
	IV – Demonstrativo que dependa de dados extra-autos.....	95
	V – Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença.....	95
74.	Defesa do executado.....	96
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor.....	96
76.	Parcelamento da dívida.....	96
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	96
§ 9º	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	98
78.	Noções introdutórias.....	98
79.	Fundamentos da execução provisória.....	98
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	99
81.	Situação do tema no Código atual.....	99
82.	Normas básicas da execução provisória.....	101
83.	Casos de dispensa de caução.....	104
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório.....	105
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar.....	105
86.	Incidentes da execução provisória.....	106
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	106
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	107

CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

§ 10.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	109
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença	109
90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos	109
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	110
	I – Competência	110
	II – Averbação em folha de pagamento.....	111
	III – Protesto da decisão judicial.....	111
	IV – Prisão civil do executado.....	112
	V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos....	113
	VI – Crime de abandono material.....	114
	VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito	114
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito	114
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	116
94.	Pensionamento em salários mínimos.....	117
§ 11.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública	119
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública....	119
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	119
	I – Execução por quantia certa sem penhora e expropriação	119
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública	120
	III – Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas	120
97.	Procedimento	122
	I – Requerimento do exequente.....	122
	II – Execução contra a Fazenda Pública no Juizado Especial	122
	III – Intimação da Fazenda executada	123
	IV – Expedição do precatório	123
	V – Créditos de alimentos.....	123
	VI – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 – incluído pela EC nº 94/2016)	124
	VII – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 – incluído pela EC nº 94/2016).....	125
	VIII – A importância da ordenação cronológica dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública.....	125
98.	Defesa da Fazenda.....	126
	I – Temas discutíveis.....	126
	II – Alguns destaques	127
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	127
	IV – Duplo grau obrigatório.....	128
	V – Atribuições do Presidente do Tribunal na execução da Fazenda Pública.....	128
	VI – Impugnações e revisões de cálculo perante o Tribunal e perante o juízo da execução	129
99.	Execução provisória.....	130
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	130
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”	132
	99.3. Requisição de pequeno valor em caso de crédito alimentar “superpreferencial”	133
	99.4. Limites do poder normativo dos estados-membros na disciplina dos requisitos de pequeno valor	134
	99.5. Pagamento do precatório em parcelas ou por acordo direto.....	134

99.6.	Opção do credor pelo regime das pequenas causas (RPV).....	135
100.	Sequestro de verbas públicas.....	135
100.1.	Procedimento do sequestro.....	136
101.	Exceções ao regime dos precatórios.....	136
101-A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais.....	137
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	138
103.	Credores litisconsorciados.....	139
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório.....	140
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	142
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	143
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	143
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	146
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	146
108-B.	Acordos diretos para pagamento de precatórios no âmbito da União.....	147

CAPÍTULO V – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE
A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER,
DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

§ 12.	Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer.....	149
109.	Noção de obrigação de fazer e não fazer.....	149
110.	Execução específica e execução substitutiva.....	150
	I – Técnica processual na legislação atual (tutela específica e tutela subsidiária).....	150
	II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico ...	151
111.	Correta prestação da tutela substitutiva.....	151
112.	Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença.....	152
112-A.	Conversão em perdas e danos.....	153
113.	A multa (<i>astreinte</i>).....	154
	I – Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença.....	154
	II – Arbitramento da multa.....	154
	III – Reexame da multa aplicada.....	155
	IV – Casos de modificação ou exclusão da multa.....	156
	V – A multa e as obrigações personalísimas.....	156
	VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs.....	157
	VII – Execução da multa no regime do Código de 1973.....	158
	VIII – Execução da multa no regime do atual Código.....	158
	IX – A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa.....	159
	X – Termo inicial e final de incidência da multa.....	160
	XI – As <i>astreintes</i> e a tutela provisória.....	162
	XII – Multa diária, correção monetária e juros moratórios.....	162
114.	Defesa do executado.....	163
§ 13.	Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer.....	165
115.	Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	165
116.	Procedimento do cumprimento de sentença.....	165
117.	Impugnação do executado.....	166

118.	Execução das obrigações de não fazer.....	167
119.	Medidas de apoio	168
§ 14.	A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade.....	171
120.	Execução das prestações de declaração de vontade.....	171
120-A.	Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar.....	172
121.	Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	173
122.	A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade.....	174
123.	Natureza jurídica da sentença	175
§ 15.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa....	177
124.	Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	177
125.	Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	177
	I – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i>	178
	II – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	179
126.	Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico.....	179
127.	Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva.....	180
128.	Procedimento	181
129.	Defesa do executado	182
130.	Obrigação genérica	182
131.	Retenção por benfeitorias	182
132.	Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa.....	183
133.	Encerramento do processo	183

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 16.	Princípios gerais da execução forçada.....	187
134.	Disposições gerais	187
135.	Vias de execução	188
136.	O processo judicial.....	188
137.	Processo de conhecimento e processo de execução	189
138.	Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	190
139.	Visão unitária da jurisdição.....	191
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada.....	191
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada.....	192
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	192
143.	Meios de execução	193
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015	194
144.	Autonomia do processo de execução	195
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução	196
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial	197
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	198
§ 17.	Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	199
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	199
149.	Princípio da realidade: toda execução é real	199
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	199
151.	Princípio da utilidade da execução.....	200

152.	Princípio da economia da execução	200
153.	Princípio da especificidade da execução.....	200
154.	Princípio dos ônus da execução	201
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	201
156.	Princípio da disponibilidade da execução	202
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	203
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	204
§ 18.	Formas de execução e atos de execução.....	205
159.	As várias formas de execução.....	205
160.	Execução singular e execução coletiva.....	205
161.	Atos de execução	205
162.	Relação processual executiva.....	207
163.	A citação executiva	208
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	209
164.	Procedimento da execução forçada	209
165.	Observações sobre a petição inicial.....	209
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	210
§ 20.	Disposições gerais.....	212
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução.....	212
168.	Poderes do juiz no processo de execução	212
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução	214
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida.....	216
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	216

CAPÍTULO VII – REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	218
172.	Pressupostos processuais e condições da ação	218
173.	O título executivo.....	218
174.	Função do título executivo	219
175.	Efeito prático do título executivo	220
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível.....	221
177.	Formas dos títulos executivos	223
178.	A exigibilidade da obrigação	223
179.	O inadimplemento em contrato bilateral	224

CAPÍTULO VIII – A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	226
180.	Elementos do processo executivo	226

CAPÍTULO IX – ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	Partes. Legitimação ativa	228
181.	Nomenclatura.....	228
182.	Legitimação ativa	228
183.	Legitimação ativa originária do credor.....	228

184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público	229
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	229
186.	Espólio	230
187.	Herdeiros e sucessores	231
188.	Cessionário	231
189.	Sub-rogado	232
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	233
191.	Terceiros interessados	233
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente	233
§ 24.	Legitimação passiva	235
193.	Legitimação passiva	235
194.	Dívida e responsabilidade	235
195.	O devedor	236
196.	Espólio e sucessores	237
	I – Espólio	237
	II – Herdeiros	237
	III – Representação do espólio	237
	IV – Sucessores <i>causa mortis</i> e <i>inter vivos</i>	238
	V – Sucessão entre empresas	238
	VI – Desconsideração da personalidade jurídica	238
197.	O novo devedor	239
198.	Fiador judicial	240
199.	Fiador extrajudicial	240
200.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito	241
201.	Responsável tributário	242
202.	Revelia do devedor e curador especial	244
§ 25.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	246
203.	Litisconsórcio	246
204.	Assistência	246
205.	Denúnciação da lide	247
206.	Chamamento ao processo	248
§ 26.	Processo cumulativo	250
207.	Cumulação de execuções	250
208.	Cumulação sucessiva de execuções	251
209.	Cúmulo subjetivo	252

CAPÍTULO X – ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27.	O órgão judicial	253
210.	Juízo competente para a execução	253
211.	Execução de sentença	253
212.	Competência para execução de títulos extrajudiciais	253
213.	Competência para a execução fiscal	254
214.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	255
215.	Competência para deliberação sobre os atos executivos	255

CAPÍTULO XI – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28.	Objeto da atividade executiva	257
216.	Bens exequíveis.....	257
217.	Resquícios da execução pessoal	257
§ 29.	Responsabilidade patrimonial	258
218.	Obrigação e responsabilidade	258
219.	Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	259
	I – Bens presentes e futuros.....	259
	II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial	259
	III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada.....	260
220.	Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	260
221.	Responsabilidade executiva secundária.....	260
222.	Excussão de bens do sucessor singular	261
	I – Alienação do bem litigioso	261
	II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso	262
	III – Boa-fé do adquirente	262
	IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	263
	V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente.....	263
	VI – Defesa do terceiro adquirente.....	263
223.	Excussão de bens do sócio.....	263
224.	Desconsideração da personalidade jurídica	264
	I – Desconsideração direta	264
	II – Desconsideração invertida	265
225.	Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	265
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	266
227.	Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação	267
228.	Bens alienados em fraude à execução	268
229.	Casos de fraude à execução	269
	I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	269
	II – Bens vinculados a processo de execução.....	270
	III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial	272
	IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo.....	272
	V – Demais casos expressos em lei.....	273
230.	Fraude à execução e insolvência do devedor.....	273
	I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015	273
	II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973	273
	III – Regime do CPC de 2015.....	274
	IV – Momento de configuração da fraude à execução	274
	V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução	275
	VI – Defesa do terceiro adquirente.....	275
231.	A fraude por meio de negócio financeiro.....	276
232.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução.	277
233.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	278
234.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	279
235.	Bens sujeitos ao direito de retenção.....	280
236.	Excussão de bens do fiador.....	281

237.	Bens de espólio.....	281
238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	282
238-A.	Execução que envolva o direito real de laje	282
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução	282

CAPÍTULO XII – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

§ 30.	Execução de títulos extrajudiciais	286
240.	Execução de sentença e ação executiva.....	286
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	286
§ 31.	Títulos executivos extrajudiciais	288
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação.....	288
243.	Títulos cambiários e cambiariformes	289
244.	Duplicatas	290
245.	Responsáveis cambiários.....	291
245.1.	Fundos de investimento em direitos creditórios	292
246.	Documento público ou particular	293
246-A.	Decisão do Tribunal de Contas.....	293
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	294
248.	Contrato com convenção arbitral	294
249.	Confissões de dívida.....	295
250.	Contrato de abertura de crédito.....	295
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	297
252.	Execução hipotecária.....	299
	I – Alienação do imóvel hipotecado.....	299
	II – Abandono do imóvel.....	299
	III – Remição pelo adquirente.....	299
	IV – Remição pelo executado.....	300
	V – Adjudicação pelo credor	300
	VI – Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	300
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).....	301
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	302
254.	A hipoteca e a prescrição	302
255.	Classificação das garantias.....	303
	I – Cauções reais.....	303
	II – Cauções fidejussórias	304
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória.....	304
256.	Seguros	305
257.	Rendas imobiliárias	305
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios	305
259.	Encargo de condomínio	306
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública	307
260-A.	Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal.....	309
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral.....	310
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	310

263.	Títulos executivos definidos em outras leis.....	311
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	311
265.	Títulos estrangeiros.....	313

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32.	Regras pertinentes às diversas espécies de execução.....	314
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	314
267.	Direito de preferência gerado pela penhora.....	314
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	317
269.	A petição inicial.....	317
270.	A documentação da petição inicial.....	317
	I – Título executivo extrajudicial.....	317
	II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.....	317
	III – Demonstrativo do débito atualizado.....	318
	IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde.....	318
271.	Outras providências a cargo do credor.....	318
272.	Obrigações alternativas.....	318
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação.....	319
274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	319
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	319
275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje.....	320
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível.....	321
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada.....	321
277.	Medidas acautelatórias.....	321
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	322
279.	Efeito da averbação.....	322
280.	Abuso do direito de averbação.....	323
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída.....	323
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes.....	324
282.	Execução e prescrição.....	324
	I – Interrupção da prescrição.....	324
	II – Prescrição intercorrente.....	325
283.	Nulidades no processo de execução.....	325
284.	Imperfeição do título executivo.....	326
285.	Falta de título executivo.....	326
286.	Nulidade da execução fiscal.....	326
287.	Vício da citação.....	327
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo.....	328
289.	A arguição das nulidades.....	328
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	329
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	330
292.	Execução realizável por vários meios.....	330
	I – Execução pelo meio menos gravoso.....	330
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução.....	331
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	332

CAPÍTULO XIV – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	333
294.	Conceito	333
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa	333
296.	Procedimento	334
297.	Cominação de multa diária	336
298.	Regime dos embargos do executado	337
299.	Alienação da coisa devida	337
300.	Execução da obrigação substitutiva	337
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção	338
302.	Embargos de retenção	339
303.	Execução para entrega de coisa incerta	339
304.	Medidas de coerção e apoio	340

CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer	343
305.	O problema da execução das prestações de fato	343
306.	Fungibilidade das prestações	344
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação	344
	I – Revisão da multa	345
	II – Impossibilidade de realização da prestação	345
	III – Procedimento para exigência da multa periódica	345
308.	Distinções preliminares	346
309.	Princípios comuns	346
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	347
311.	Execução das prestações fungíveis	347
312.	Realização da prestação fungível por terceiro	348
313.	Inadimplência do terceiro contratante	349
314.	Realização da prestação pelo próprio credor	349
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817	350
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil	350
317.	Execução das prestações infungíveis	351
318.	Execução das obrigações de não fazer	352

CAPÍTULO XVI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	Noções gerais	356
319.	O objetivo da execução por quantia certa	356
319-A.	Prestações vincendas	357
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	357
321.	Espécies	358

CAPÍTULO XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	Fase de proposição	359
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente	359
323.	Proposição	359

324.	Procedimento da penhora e avaliação	361
	I – Realização da penhora.....	361
	II – Falta de nomeação de bens à penhora	361
	III – Intimação da penhora.....	361
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado	362
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	362
327.	Redução da verba honorária.....	363
328.	Majoração da verba honorária	363

CAPÍTULO XVIII – FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	Penhora	364
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa.....	364
330.	Natureza jurídica da penhora.....	365
331.	Função da penhora	366
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	367
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público	369
334.	Averbação da penhora no registro competente	371
335.	Lugar de realização da penhora	372
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução... ..	372
§ 38.	Objeto da penhora	374
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	374
338.	Bens impenhoráveis.....	375
	I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal	378
	II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração	378
339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	383
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	383
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	383
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade	386
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	386
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?	387
343.	Bens relativamente impenhoráveis	388
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais.....	388
345.	Limites da penhora	391
346.	Valor dos bens penhoráveis	391
347.	Escolha dos bens a penhorar	391
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar.....	392
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes	393
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado	394
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	394
352.	Situação dos bens a penhorar	395
353.	Bens fora da comarca.....	395
§ 39.	Realização e formalização da penhora	397
354.	Penhora pelo oficial de justiça.....	397
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro.....	397
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar	398

357.	Frustração da diligência	398
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial.....	398
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	399
360.	Intimação de penhora	400
§ 40.	Penhoras especiais	401
361.	Particularidades da penhora de certos bens.....	401
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	401
	I – Penhora <i>on-line</i>	401
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado	402
	III – Bacen Jud.....	403
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva	403
	V – Cumprimento parcial do bloqueio	403
	VI – Intimação e defesa do executado	403
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta.....	403
	VIII – Decisão do juiz	405
	IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	405
	X – Pagamento da dívida	405
	XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....	405
	XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político	406
363.	Impenhorabilidade do saldo bancário	406
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais.....	407
365.	Penhora sobre créditos do executado.....	408
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	409
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	409
368.	Penhora no rosto dos autos	409
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas.....	410
370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	411
371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas	411
	I – Procedimento.....	411
	II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora	411
	III – Liquidação das quotas ou ações	411
	IV – Prazo para cumprimento das diligências.....	412
	V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	412
	VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto	412
372.	Penhora de direitos e ações.....	412
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	413
374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária	414
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	414
376.	Penhora de navio ou aeronave	415
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa	415
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	415
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	417
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	417
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	419
	I – Conceito	419
	II – Procedimento	420
	III – Nomeação do administrador-depositário.....	420
	IV – O administrador-depositário.....	420

V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel	421
VI – Pagamento da dívida.....	421
382. Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	421
383. Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor.....	422
384. Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções.....	423
384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora.....	423
384.2. Requisitos da reunião de execuções.....	424
§ 41. Alterações e resgate da penhora	427
385. Modificações da penhora.....	427
386. Substituição da penhora.....	428
387. Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	428
388. Substituição por iniciativa do executado.....	429
389. Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	430
390. Menor onerosidade para o executado.....	430
391. Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	431
392. Remição da execução por quantia certa	432
§ 42. Depósito e administração dos bens penhorados.....	434
393. Depósito dos bens penhorados.....	434
394. Escolha do depositário	434
395. Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos	434
396. Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	435
397. Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos	435
398. Função do depositário.....	435
399. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	436
400. Depositário comum e depositário administrador	437
401. Responsabilidade do depositário	437
402. Entrega de bens após a expropriação executiva.....	438
403. Prisão civil do depositário judicial	438

CAPÍTULO XIX – FASE DE INSTRUÇÃO (II)

§ 43. Expropriação	440
404. Conceito	440
405. Modalidades de expropriação	440
I – Variações do ato expropriatório	440
II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios	441
III – Remição dos bens penhorados.....	441
406. Avaliação	441
407. O encarregado da avaliação.....	442
408. Laudo de avaliação.....	442
409. Dispensa da avaliação.....	443
410. Avaliação de bem imóvel	444
411. Avaliação e contraditório	444
412. Repetição da avaliação	444
I – Cabimento.....	444
II – Realização especial de nova avaliação.....	445

III – Regras a observar na segunda avaliação.....	445
IV – Impugnação à avaliação	446
413. Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	446
§ 44. Adjudicação	448
414. Introdução.....	448
415. Conceito de adjudicação	448
416. Requisitos da adjudicação.....	449
417. Intimação do executado	449
418. Depósito do preço.....	450
419. Legitimação para adjudicar	450
420. Adjudicação por credor.....	452
421. Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado.....	452
422. Prazo para a adjudicação.....	453
423. Concurso entre pretendentes à adjudicação.....	454
424. Auto de adjudicação	455
425. Aperfeiçoamento da adjudicação.....	455
426. Carta de adjudicação	456
427. Remição do imóvel hipotecado.....	456
§ 45. Alienação por iniciativa particular	458
428. As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular.....	458
I – Cabimento da alienação por iniciativa particular.....	458
II – Procedimento	458
III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular	459
429. O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	459
I – Valor a observar na alienação	459
II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente..	460
430. Formalização da alienação por iniciativa particular	461
431. Carta de alienação.....	461
I – Alienação de bem imóvel.....	461
II – Alienação de bem móvel.....	462
§ 46. Alienação em leilão judicial	463
432. Conceito de leilão judicial e arrematação	463
433. Espécies de hasta pública	463
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa.....	464
435. Edital do leilão.....	464
436. Leiloeiro público	465
I – Deveres do leiloeiro	465
II – Remuneração do leiloeiro.....	465
436-A. Leilão eletrônico (particularidades)	466
437. Publicidade do edital	467
438. Intimação da alienação judicial ao devedor	468
439. Outras intimações da alienação judicial	468
I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar	468
II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar.....	469
440. Adiamento do leilão.....	470
441. O leilão judicial	471

442.	Aquisição do bem leiloado a prazo.....	471
	I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo	471
	II – A proposta	472
	III – Mora ou inadimplemento do adquirente.....	472
	IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento	472
	V – O cumprimento das prestações	473
443.	Legitimação para arrematar.....	473
444.	Forma de pagamento e formalização da arrematação	474
445.	Auto de arrematação.....	475
446.	Arrematação de imóveis.....	476
447.	Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações	477
448.	Remédios contra os vícios da arrematação.....	477
449.	Desistência da arrematação	478
450.	Invalidade e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	479
451.	Natureza da perda de efeitos da arrematação.....	480
452.	Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	482
453.	Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	482
454.	Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	483
455.	Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	483
456.	Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	483
457.	Carta de arrematação	484
458.	Arrematação e remição da execução.....	486
459.	Efeitos da arrematação	487
	(a) Transfere o domínio do bem ao arrematante	487
460.	Evicção e arrematação	488
461.	Vícios redibitórios	489
462.	Ação anulatória da arrematação	489
	462.1. Prazo para propositura da anulatória	490
463.	Remição dos bens arrematados.....	491
§ 47.	Apropriação de frutos e rendimentos.....	493
464.	Modalidade especial de expropriação	493
465.	Iniciativa.....	493
466.	Pressuposto	493
467.	Procedimento	494
468.	Pagamento ao exequente.....	494

CAPÍTULO XX – FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	Pagamento ao credor de quantia certa.....	495
469.	Satisfação do direito do exequente.....	495
470.	Última etapa do processo de execução.....	496
§ 49.	Pagamento por entrega do dinheiro	497
471.	Entrega do dinheiro	497
	471.1. Levantamento a maior	497
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	498
472-A.	Das preferências de direito substancial.....	499
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	500
474.	Procedimento do concurso particular	501

CAPÍTULO XXI – EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50. Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do poder público	504
475. Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa ...	504
I – Título judicial (cumprimento de sentença)	505
II – Título extrajudicial	505
476. Defesa da Fazenda Pública.....	506
I – Conteúdo dos embargos à execução.....	506
II – Cumulação de execuções	506
III – Arguição de incompetência	506
IV – Arguição de suspeição ou impedimento.....	507
V – Excesso de execução.....	507
477. Julgamento	507
I – Execução embargada	507
II – Execução não embargada	507
III – Honorários advocatícios.....	508
IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	508
V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	508
477-A. Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor.....	509

CAPÍTULO XXII – EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51. Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos.....	511
478. Introdução.....	511
479. Execução autônoma da prestação alimentícia	511
479-A. Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes.....	512
480. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015.....	512
481. Averbação em folha de pagamento.....	512
482. Prisão civil do devedor	513
483. Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos	514

Parte III – Oposição à Execução Forçada

CAPÍTULO XXIII – RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS

§ 52. Embargos à execução	517
484. Resistência à execução.....	517
485. Outros meios impugnativos	518
486. Embargos e impugnação	519
487. Natureza jurídica dos embargos à execução.....	522
488. Classificação dos embargos do devedor.....	522
489. Legitimação.....	523
490. Autonomia dos embargos de cada coexecutado	524
491. Competência.....	525
492. Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	526
493. Segurança do juízo.....	527
494. Prazo para propositura dos embargos do devedor.....	528
I – Regra básica da contagem do prazo dos embargos à execução.....	528

	II – Citação por carta precatória.....	528
	III – Unicidade do prazo de embargos e impugnação a atos executivos posteriores aos embargos.....	529
	IV – Tentativa de conciliação e prazo para embargar a execução.....	529
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar.....	529
496.	Rejeição liminar dos embargos.....	530
	I – Casos de rejeição liminar dos embargos.....	530
	II – Embargos intempestivos.....	530
	III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento.....	531
	IV – Vícios sanáveis.....	531
	V – Natureza do indeferimento.....	531
	VI – Embargos manifestamente protelatórios.....	531
497.	Procedimento.....	532
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	533
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	535
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado.....	535
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução.....	537
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	537
503.	Embargos parciais.....	539
504.	Embargos de um dos coexecutados.....	539
505.	Embargos fundados em excesso de execução.....	539
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento.....	539
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	540
508.	Matéria arguível nos embargos à execução.....	540
509.	Arguição de nulidade da execução.....	541
510.	Vícios da penhora e da avaliação.....	542
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	543
512.	Retenção por benfeitorias.....	544
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento.....	545
514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....	545
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	546
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação.....	547
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015.....	548
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015.....	548
519.	A posição especial do arrematante.....	549
520.	Exceção de pré-executividade.....	549
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade.....	551
§ 53.	Parcelamento judicial do crédito exequendo.....	553
522.	Moratória legal.....	553
523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento.....	553
524.	Procedimento do incidente.....	554
525.	Indeferimento do parcelamento.....	555
526.	Descumprimento do parcelamento.....	556
§ 54.	Embargos de terceiro.....	558
527.	Visão geral.....	558
528.	Natureza da ação.....	558
529.	Legitimação ativa.....	559

530.	<i>Provocatio ad agendum</i>	560
531.	Legitimação passiva	560
532.	Valor da causa.....	561
533.	Competência.....	561
534.	Oportunidade	561
535.	Julgamento e recurso	561
536.	Procedimento	561
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar	562
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos	562
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	562
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	563

Parte IV – Insolvência Civil

CAPÍTULO XXIV – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

§ 55.	Execução concursal	567
541.	Introdução.....	567
542.	Execução coletiva e execução singular	567
543.	Pressupostos da execução coletiva.....	569
544.	Efeitos da declaração de insolvência.....	570
545.	Características da execução coletiva.....	571
546.	Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	572
§ 56.	Primeira fase do processo de insolvência	574
547.	Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	574
548.	Caracterização da insolvência	575
§ 57.	Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	577
549.	Legitimação.....	577
550.	Insolvência requerida pelo credor	578
551.	Caráter facultativo da ação concursal	578
552.	Insolvência de cônjuges.....	579
553.	Ausência de bens penhoráveis do devedor.....	579
§ 58.	Procedimentos da execução coletiva	581
554.	Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	581
555.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	582
§ 59.	Competência para a execução concursal	585
556.	Competência.....	585
§ 60.	Sentença declaratória de insolvência	586
557.	Declaração judicial de insolvência.....	586
§ 61.	Administração da massa	588
558.	O administrador da massa.....	588
559.	Atribuições do administrador	589
§ 62.	Concurso de credores	590
560.	Verificação e classificação dos créditos	590
561.	Credores retardatários e credores sem título executivo.....	591

562.	Quadro geral de credores.....	592
	I – Quando não há impugnação de créditos.....	592
	II – Quando há impugnação de crédito.....	593
§ 63.	Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo.....	594
563.	Apuração do ativo e pagamento dos credores.....	594
564.	Encerramento e suspensão do processo.....	594
565.	Saldo devedor.....	595
566.	Extinção das obrigações.....	596
§ 64.	Disposições gerais.....	599
567.	Concordata civil.....	599
567-A.	Lei do Superendividamento nas relações de consumo (Lei nº 14.181/2021).....	599
567-B.	Superendividamento do consumidor e insolvência civil.....	601
568.	Pensão para o devedor no processo de insolvência.....	602
569.	Insolvência de pessoas jurídicas.....	602
570.	Editais.....	603

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

CAPÍTULO XXV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 65.	Vicissitudes do processo executivo.....	607
571.	Suspensão da execução.....	607
572.	Casos de suspensão.....	608
573.	Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015.....	609
	I – Previsões do art. 313.....	609
	II – Previsão do art. 315.....	610
	III – Suspensão convencional.....	610
	IV – Suspensão para parcelamento legal do débito.....	610
	V – Suspensão por transação.....	610
574.	Suspensão provocada por embargos.....	610
575.	Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	611
575-A.	Suspensão por não localização do executado.....	611
576.	Suspensão e prescrição intercorrente.....	611
	I – Execução por quantia certa.....	611
	II – Nulidade do procedimento de decretação da prescrição intercorrente.....	614
	III – Outras modalidades de execução.....	614
577.	A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	615
578.	Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor.....	616
579.	Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados.....	616
580.	Suspensão em razão do parcelamento do débito.....	616
581.	Efeitos da suspensão.....	616
582.	Extinção da execução.....	617
583.	Extinção por indeferimento da petição inicial.....	617
584.	Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	618
585.	Extinção da dívida por qualquer outro meio.....	618
586.	Extinção por renúncia.....	619
587.	Extinção pela prescrição intercorrente.....	619
588.	Outros casos de extinção da execução.....	619

589.	Sentença de extinção	620
590.	Coisa julgada	621
§ 66.	Recursos no processo de execução	624
591.	O problema recursal na execução.....	624
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	624
593.	Casos de cabimento da apelação.....	625
594.	Casos de agravo de instrumento.....	625
595.	Efeitos dos recursos	625
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	626
597.	Causas de alçada.....	626
598.	Recursos extraordinário e especial.....	626

Parte VI – O Processo nos Tribunais

CAPÍTULO XXVI – NOÇÕES GERAIS

§ 67.	O processo nos tribunais.....	627
599.	Duplo grau de jurisdição.....	627
600.	Competência dos tribunais.....	627
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	628
602.	Casos de competência originária dos tribunais	628
	I – Supremo Tribunal Federal.....	628
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	629
	III – Tribunais Regionais Federais.....	629
	IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.....	629
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015.....	630
604.	O funcionamento dos tribunais.....	631
605.	O sistema de julgamento dos tribunais.....	632
606.	A relevante função do relator	632
	I – Funções de natureza de gestão processual.....	632
	II – Funções de natureza decisória	633
	III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal.....	634
	IV – <i>Vícios sanáveis</i>	634
	V – Necessidade de produção de prova	634
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	635
	I – Registro e distribuição.....	635
	II – Prevenção.....	635
	III – Relatório e voto do relator.....	635
	IV – Designação de dia para julgamento.....	635
	V – Ordem de julgamento	636
	VI – Sustentação oral.....	636
	VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas.....	637
	VIII – Julgamento do colegiado.....	637
	IX – Pedido de vista dos julgadores.....	638
	X – Retratação de voto	639
	XI – Resultado do julgamento.....	639
	XII – Relevância do voto vencido.....	639
	XIII – Julgamento prolongado: decisão não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	639

XIV – Acórdão e publicação.....	642
XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	643
XVI – Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias	643
XVII – Julgamento por meio eletrônico	643
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental.....	643
§ 68. Valorização da jurisprudência	646
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	646
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015.....	647
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	649
609-A. Precedentes e princípios jurídicos	652
610. Características do sistema sumular	653
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência	654
I – Harmonização entre o CPC e a Constituição.....	654
II – O direito jurisdicional visto pela doutrina e jurisprudência.....	658
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	659
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	660
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	662
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante	666
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências ..	667
614-A. Otimização do sistema de precedente	668
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova	669
615. Publicidade e alteração da jurisprudência	672
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante.....	672
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais	673
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015.....	675
617. Súmula jurisprudencial	676
618. Súmula vinculante.....	677
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	678
I – Destinatários	678
II – Objeto	678
III – Pressupostos.....	679
IV – Procedimento	679
V – Legitimação	679
VI – Amicus curiae.....	680
VII – Vigência.....	680
VIII – Processos pendentes	680
IX – Processo administrativo	680
X – Reclamação	680
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	682
620. Conceito	682
620-A. Natureza jurídica.....	683
621. Pressupostos.....	683
622. Procedimento	683
I – Requisitos	683
II – Legitimidade.....	683
III – Fases do procedimento	684
623. Efeitos da decisão.....	684

§ 70.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	685
624.	O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	685
625.	Regulamentação legal	685
	I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	685
	II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto)	686
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	686
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	687
628.	Iniciativa de arguição.....	687
629.	Momento da arguição.....	687
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente	688
631.	O julgamento da arguição	688
§ 71.	Conflito de competência	691
632.	Conflito de competência	691
§ 72.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória ...	693
633.	A eficácia da decisão estrangeira	693
634.	O sistema nacional.....	693
635.	A homologação da decisão estrangeira.....	694
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	694
	I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil	694
	II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal	695
	III – Decisão arbitral estrangeira	695
	IV – Pendência de ação no Brasil	696
637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação.....	696
638.	Homologação parcial da decisão estrangeira	697
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	697
639-A.	Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	698
640.	Natureza da decisão homologatória	699
	640.1. Objeto do processo homologatório.....	700
	640.2. Honorários advocatícios sucumbenciais	700
641.	O procedimento da homologação	701
	I – Requerimento	701
	II – Arquivamento do pedido.....	701
	III – Citação e defesa	701
	IV – Manifestação do Ministério Público Federal.....	701
	V – Competência para o julgamento.....	701
	VI – Recurso contra o julgamento.....	702
642.	A execução	702
643.	Pedidos de urgência	702
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira	703
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	703
645.	Execução de medida de urgência estrangeira	704
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	705
	I – Requisitos para o <i>exequatur</i>	705
	II – Competência	705
	III – Manifestação do Ministério Público Federal.....	705
	IV – Recurso contra decisão do Presidente.....	705
	V – Execução após o <i>exequatur</i>	705

§ 73. Ação rescisória	706
647. Conceito	706
648. Pressupostos.....	708
I – Decisão de mérito transitada em julgado	708
II – Prazo decadencial	709
III – Sentenças terminativas	709
IV – Decisões interlocutórias de mérito	709
V – Identificação das decisões de mérito.....	709
VI – Trânsito em julgado	710
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial.....	710
I – Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial.....	710
II – Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental	711
649-A. Sentença civil em contradição com sentença criminal	712
650. Decisões terminativas rescindíveis	713
I – Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito.....	713
II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito.....	714
651. Rescisão parcial	715
652. Casos de admissibilidade da rescisória	715
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	716
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II)	717
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	717
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III).....	719
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	719
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V)	721
I – Sistema do antigo CPC	721
II – Sistema do CPC/2015.....	721
III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	723
IV – Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais... ..	724
658-A. Natureza da norma violada.....	724
658-B. Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais	725
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência	725
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V)	727
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF	730
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF.....	730
660-C. Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ.....	730
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	731
662. Prova nova (art. 966, VII)	731
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	733
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	734
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	735
664-B. Autocomposição e título executivo judicial.....	738
665. Atos sujeitos à ação anulatória	738
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória.....	739
667. Fundamentos da ação anulatória	740
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	740

669.	Natureza da ação	740
670.	Sentença homologatória em processo contencioso	741
670-A.	Anulação e rescisão de partilha	741
671.	Legitimação	742
672.	Legitimação do Ministério Público	743
673.	Legitimação passiva	744
674.	Citação tardia do litisconsorte necessário	745
675.	Rescisão de decisão objetivamente complexa	746
676.	Caução	746
677.	Competência	746
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	749
678-A.	Valor da causa	749
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida	750
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa	751
680.	A execução da sentença rescindenda	752
681.	Indeferimento da inicial	753
682.	Procedimento	753
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ	755
683.	Natureza e conteúdo da decisão	757
683-A.	A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado	757
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	758
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida	760
686.	Rescisória de rescisória	761
687.	Prazo de propositura da ação rescisória	762
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente	763
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça	767
689-A.	A interpretação constitucionalmente correta do art. 975 do CPC	769
690.	Contagem do prazo	769
	I – Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente	769
	II – Termo inicial diferenciado	769
	III – Casos problemáticos	770
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte	771
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória	771
693.	Sentença nula de pleno direito	773
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	777
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos	777
695.	Natureza jurídica do incidente	778
696.	Força de coisa julgada e força executiva	779
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas	779
697.	Cabimento do incidente	780
698.	Objetivos do incidente	782
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência	783
700.	Legitimidade para a promoção do incidente	784
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau	785
702.	Desistência ou abandono do processo	785
703.	Participação do Ministério Público	786

704.	Competência.....	786
705.	Detalhes do procedimento.....	787
	I – Registro e autuação	787
	II – Publicidade	787
	III – Primeiras deliberações do relator.....	787
	IV – A incomum amplitude do contraditório.....	789
	V – Intervenções no incidente	789
	VI – Encerramento das diligências.....	790
	VII – Sessão de julgamento	790
	VIII – Acórdão	791
	IX – Prazo para o julgamento do incidente.....	791
	705.1. Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência	791
706.	Força vinculante da decisão do incidente.....	792
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção	792
	706.2. Identidade de questão e não de causa	793
707.	Publicidade especial.....	794
708.	Recursos	794
709.	Reclamação	796
710.	Revisão da tese firmada no incidente.....	796
§ 75.	Reclamação	799
711.	Histórico.....	799
712.	Natureza da reclamação	800
713.	Cabimento.....	800
	I – Casuismo legal.....	800
	II – Abrangência da reclamação.....	801
	III – Inadmissibilidade da reclamação	802
	IV – Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	803
	V – Existência de outros remédios processuais	803
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários.....	804
714.	Legitimidade.....	804
715.	Procedimento	805
	I – Petição inicial.....	805
	II – Autuação e distribuição	805
	III – Atos do relator	805
	IV – Impugnação do pedido.....	806
	V – Participação do Ministério Público.....	806
	VI – Procedência da reclamação.....	806
	VII – Acórdão.....	806
	VIII – Honorários de advogado	806

Parte VII – Recursos

CAPÍTULO XXVII – SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76.	Recursos	809
716.	Conceito	809
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais.....	809

718.	Classificação dos recursos.....	811
	I – Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	811
	II – Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento	811
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro.	812
	IV – Quanto aos motivos da impugnação	812
	V – Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	813
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso	813
720.	Atos sujeitos a recurso	814
721.	Recursos admissíveis	815
	I – No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos	815
	II – Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos..	815
	III – Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos	815
722.	Reclamação	816
723.	Correição parcial.....	816
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	817
	724.1. Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade.....	818
	724.2. Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória	818
	724.3. Julgamento ampliado em caso de embargos de declaração	819
§ 77.	Princípios gerais dos recursos.....	820
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	820
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	821
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	821
728.	Princípio da taxatividade	824
729.	Princípio da singularidade.....	825
730.	Princípio da fungibilidade	826
731.	Princípio da dialeticidade	827
732.	Princípio da voluntariedade	828
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	829
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis	829
735.	Princípio da vedação da reformatio <i>in pejus</i>	830
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015	831
737.	Princípio da consumação.....	832
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis.....	834
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	834
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos	835
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	835
741.	Tempestividade do recurso.....	835
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	837
	II – Prazo para o réu revel.....	837
	III – Recurso remetido pelo correio	837
	IV – Comprovação de feriado local.....	837
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso	839
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	840

743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	841
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	843
745.	Legitimação para recorrer.....	844
	I – Generalidades	844
	II – Requisito da sucumbência.....	845
	III – Litisconsórcio unitário	845
	IV – Discordância da fundamentação do julgado	845
	V – Recurso do vencedor.....	845
	VI – Terceiro prejudicado.....	846
746.	Particularidades do recurso de terceiro	847
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	849
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente	850
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	850
750.	Singularidade do recurso	851
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos	851
752.	Preparo	851
	I – Preparo e deserção	851
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	852
753.	Motivação e forma	853
754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	855
	I – Fatos impeditivos	855
	II – Desistência do recurso	855
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF.....	855
	IV – Renúncia do recurso	856
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia	856
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	857
756.	Recurso adesivo.....	857
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	859
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	861
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso.....	863
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	863
760.	Efeito substitutivo	863
761.	Efeito translativo	864
762.	Efeito expansivo	866
§ 80.	A apelação	867
763.	Conceito	867
764.	O CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença.....	867
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento	868
766.	Interposição da apelação.....	868
767.	Efeitos da apelação.....	869
	I – Efeito devolutivo.....	869
	II – Efeito suspensivo.....	873
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa.....	874
769.	Questão de fato e questão de direito.....	876
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013...	876

770-A.	Posição consolidada do STJ.....	878
771.	Prescrição e decadência.....	878
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo	879
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	879
774.	Recebimento da apelação.....	881
	I – Pelo juiz de primeiro grau.....	881
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i>	881
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	882
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	883
777.	Deserção.....	883
778.	Prazo para interposição da apelação	884
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração.....	884
780.	Julgamento em segunda instância	885
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado.....	885
§ 81.	Agravo de instrumento.....	887
781.	Conceito	887
782.	Espécies de agravo	887
	I – Agravo de instrumento e agravo interno	887
	II – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	888
	III – Casos de agravo interno	888
	IV – Síntese.....	888
783.	Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	888
783-A.	Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	890
784.	Agravo de instrumento	891
	784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento.....	894
	784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência.....	895
	784.3. O cabimento do agravo fora do rol taxativo da lei, segundo a teoria da “derrotabilidade” das normas jurídicas.....	896
785.	Prazo de interposição	898
786.	Formação do instrumento do agravo	898
	I – Conteúdo e instrução do recurso.....	898
	II – Meios para a interposição do agravo.....	899
	III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento.....	900
787.	Efeitos do agravo de instrumento.....	900
788.	Processamento do agravo de instrumento.....	901
	I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau	901
	II – Atos do relator.....	902
789.	O contraditório.....	903
790.	Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	904
791.	Julgamento do recurso pelo colegiado	905
	I – Prazo para julgamento.....	905
	II – Intervenção do Ministério Público.....	905
	III – Sustentação oral.....	905
	IV – Ampliação de julgamento	905
792.	Encerramento do feito.....	905
793.	Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	905

§ 82. Agravo interno	909
794. Conceito	909
795. Procedimento	909
796. Efeitos do agravo interno	910
797. Sustentação oral.....	910
798. Fungibilidade.....	911
§ 83. Embargos de declaração	913
799. Conceito e cabimento	913
800. Pressupostos dos embargos de declaração.....	913
801. Obscuridade no julgamento	914
802. Contradição	915
803. Omissão	916
804. Hipóteses de omissão	918
805. Erro material.....	919
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	921
807. Procedimento	923
I – Proposição dos embargos.....	923
II – Julgamento.....	923
III – Contraditório	924
808. Prequestionamento	924
809. Efeito interruptivo.....	925
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração.....	927
811. Efeito suspensivo especial.....	927
811-A. Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	928
812. Efeito integrativo.....	929
813. Embargos manifestamente protelatórios	929
I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	929
II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	930
III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	930
 CAPÍTULO XXVIII – RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 	
§ 84. Recurso ordinário	934
814. Introito.....	934
815. Recurso ordinário para o STF	935
I – Cabimento.....	935
II – Requisitos de admissibilidade.....	936
III – Interposição	936
IV – Julgamento do mérito	936
V – Concessão de efeito suspensivo	936
VI – Fungibilidade	937
816. Recurso ordinário para o STJ	937
I – Cabimento.....	937
II – Requisitos de admissibilidade	937
III – Interposição	938
IV – Recurso adesivo.....	938
V – Julgamento do mérito	939
VI – Concessão de efeito suspensivo.....	939

§ 85.	Recurso extraordinário e especial	941
817.	Recurso extraordinário	941
818.	Pressupostos do recurso extraordinário	941
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário...	947
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	948
821.	Procedimento no STF.....	949
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral	950
	I – Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição	950
	II – Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	950
	III – Efeitos sobre decisão transitada em julgado	952
	IV – Desistência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	952
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF	953
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral	953
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	954
	I – Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	954
	II – Recurso contra decisão de sobrestamento.....	954
	III – Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	955
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	955
826.	Função do recurso extraordinário	955
827.	Efeitos do recurso extraordinário	956
	I – Efeito apenas devolutivo.....	956
	II – Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo.	956
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	958
	I – Interposição	958
	II – Contraditório	958
	III – Juízo de admissibilidade.....	958
	IV – Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior	959
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido	959
	VI – Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	959
	VII – A relevância da distinção feita pela lei entre “negativa de seguimento” e “inadmissão” dos recursos extraordinário e especial.....	960
	VIII – Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido	961
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ	961
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	962
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa	962
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão	965
833.	Poderes do relator	966
834.	Recurso especial para o STJ.....	967
	I – Cabimento do recurso especial	967
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito	969
	III – Casuísmo constitucional	970
	IV – Requisito básico.....	971
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	971
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	972
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	977

837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial	978
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	979
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	980
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário	980
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	981
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	982
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	984
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	984
§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	987
843.	Introdução.....	987
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	987
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem	989
	I – Iniciativa do procedimento.....	989
	II – Escolha dos recursos representativos.....	989
	III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica	989
	IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade	990
	V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo	991
	VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local.....	991
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais	991
847.	Desistência do recurso-padrão.....	992
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF	993
	I – Decisão de afetação.....	993
	II – Não afetação dos recursos selecionados.....	994
	III – Prevenção do Ministro relator.....	994
	IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados	994
	V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais	994
	VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso	995
	VII – Outros poderes do relator na Corte Superior	995
	VIII – Julgamento	996
	IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos.....	997
848.A.	Procedimento regimental da tramitação do recurso especial repetitivo no STJ	997
	I – Competência.....	997
	II – Atribuições do Presidente do STJ e do Relator.....	998
	III – Deliberações do Relator.....	998
	IV – Julgamento dos repetitivos.....	999
849.	Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	999
	I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	999
	II – Recursos sobrestados no tribunal de origem.....	999
	III – Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem	1000
	IV – Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização	1000
	V – Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica	1001
849-A.	Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	1001
850.	Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	1001

§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário	1004
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1004
852. Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem	1005
853. Interposição e contraditório	1005
854. Remessa à Corte Superior	1005
855. Julgamento	1005
856. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial	1005
§ 88. Embargos de divergência no STF e no STJ	1008
857. Embargos de divergência no STF e no STJ	1008
I – Cabimento	1008
II – Prazo	1009
III – Comprovação da divergência	1009
IV – Decisão de inadmissão do recurso	1009
V – Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário	1009
858. Alguns problemas superados pelo CPC/2015	1010
859. Procedimento no STJ	1011
860. Procedimento no STF	1012
§ 89. O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores	1014
861. Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos	1014
I – Fundamentos do Estado Democrático de Direito	1014
II – Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	1015
862. Ampliação da força vinculante da jurisprudência	1017
§ 90. Direito intertemporal em matéria de recursos	1018
863. Posição do atual Código	1018
864. Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	1018
I – Normas gerais	1018
II – Observações particulares sobre o agravo de instrumento	1020
III – Observações particulares sobre os embargos de declaração	1021
IV – Instruções administrativas do STJ	1021
§ 91. Disposições finais e transitórias	1022
865. Direito intertemporal	1022
I – Sistema adotado pelo CPC/2015	1022
II – Recursos e processos de competência originária dos tribunais	1023
Recursos para o STJ	1023
Processos de competência originária do STJ	1023
III – Procedimentos recursais	1023
IV – Honorários advocatícios sucumbenciais	1024
866. Direito probatório	1024
867. Procedimento comum como regra geral	1024
868. Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica	1025
869. Execução contra devedor insolvente	1025
870. Atos processuais eletrônicos e certificação digital	1025
871. Trânsito em julgado de questões prejudiciais	1026
872. Depósito judicial	1026

XLIV | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. III - *Humberto Theodoro Júnior*

873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1026
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis.....	1027
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral.....	1027
876.	Alteração do Código Civil.....	1028
877.	Conselho Nacional de Justiça.....	1028
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal.....	1028
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião.....	1028
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião.....	1030
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis.....	1031
881.	Situação especial em relação ao Código Civil.....	1036
882.	Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil de 2015.....	1037
Bibliografia.....		1039
Índice dos Fluxogramas.....		1065